



Taller Nacional sobre “*Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas*”

30 de Abril 2007, Brasilia, Brasil

Organizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CELADE-División de Población, con el apoyo y auspicio del Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004

José Marcos Pinto da Cunha

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004¹

José Marcos Pinto da Cunha²

1. Introdução

Como já demonstrado em estudo anterior (Cunha e Baeninger, 2005), os movimentos migratórios no Brasil, a partir dos anos 80, trouxeram novas características, especificidades e, sobretudo, uma grande diversificação de modalidades. No entanto, pode-se pensar que tais mudanças dizem respeito muito menos ao surgimento de novos processos migratórios, e mais ao incremento da complexidade das relações existentes entre a migração e o desenvolvimento social e regional, frente às enormes transformações observadas no Brasil, no que se refere aos seus processos produtivos, e sua repercussão no mercado de trabalho, à ação do estado etc.

Em apenas três décadas, o país experimentou mudanças em seus espaços da migração que, mesmo delineando boa parte das tendências históricas, contribuíram para o surgimento de novas direções e sentidos e até mesmo intensificação (ou arrefecimento) de certas modalidades migratórias. São exemplos destas transformações a aumento da intensidade da migração intra-regional e intra-estadual; a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país; e a redução do processo de ocupação das fronteiras; a intensificação – ao menos nos anos 90 – da migração de retorno, assim como a alteração do padrão tradicional da migração de tipo rural-urbana.

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso, como por exemplo, a reestruturação produtiva nas grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira etc., elas também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem estas novas contingências, o que implica na necessidade de se pensar e dar conteúdo a novas categorias analíticas como a da “circularidade”, ou repensar o papel de antigas como as redes sociais, a migração de retorno etc.

As tendências redistributivas centrípetas (em direção ao sudeste, em especial a São Paulo) e centrífugas (para as fronteiras), mesmo não perdendo suas importâncias, parecem não mais representar unicamente o que de mais relevante acontece em termos migratório no Brasil.

Os estudos até agora realizados mostraram que o país transformou-se e os estados do sudeste do país como São Paulo e Rio de Janeiro foram os que mais sofreram, não apenas com a crise econômica, mas também com as novas tendências locacionais da atividade produtiva que, de uma forma ou de outra, também tiveram impactos sobre a redistribuição espacial da população.

Do lado das áreas historicamente emissoras de população, se bem as análises apontavam para uma redução de suas perdas demográficas, pelo menos até os anos 90, em certos estados do Nordeste já se observavam indícios de um recrudescimento da emigração. Da mesma forma, as

¹ Este estudo foi originalmente publicado em “Parcerias Estratégicas”, n. 22, Brasília, junho de 2006 que é editado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

² Demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO), ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

áreas de fronteiras não mais parecem possuir a capacidade de absorção migratória do passado, particularmente depois das grandes mudanças em sua estrutura econômica.

Se a década de 90 trouxe algumas novidades e várias continuidades de tendências passadas, o que dizer do início do século 21? É o que pretende explorar o presente ensaio. A partir de análise dos dados da PNAD 2004, este estudo visa realizar um diagnóstico da situação migratória brasileira para os primeiros anos deste século, tendo em vista constatar se, em comparação com a década anterior, ocorreram ou não mudanças importantes.

Muito embora o fenômeno migratório, como já se frisou, tenha adquirido grande complexidade nas últimas décadas, sobretudo, pela emergência ou consolidação de inúmeras modalidades de movimentos populacionais, o fato de se utilizar a PNAD, leva a restringir este estudo apenas aos movimentos interestaduais. Contudo, isso não representa qualquer limitação, tendo em vista que, sem dúvidas, ainda hoje são estes movimentos os principais responsáveis pela maior parte do processo de redistribuição espacial da população no Brasil e, portanto, fenômeno fundamental para se entender a dinâmica demográfica brasileira. Além disso esta modalidade de migração constitui-se em importante sinalizador de mudanças estruturais e do impacto das políticas de desenvolvimento do país voltadas a reduzir as desigualdades regionais.

2. Alguns esclarecimentos metodológicos:

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre este fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise exclusivamente dos dados decenais provenientes dos Censos Demográficos. Cabe ressaltar que, durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, estes passaram praticamente intactos³.

Este fato, além de ter contribuído, pelo menos entre os demógrafos, para a baixa produção de estudos sobre a temática migratória nos anos de 1980, também implicou grandes dificuldades para a análise prospectiva do fenômeno, com impactos, principalmente sobre as projeções demográficas que, em geral, se equivocaram sobre o comportamento da migração durante aquela década, comportamento este que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, se apresenta com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileira, o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

³ Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

Pode-se dizer que a grande maioria das informações recolhidas pelas PNADs dos anos de 1990 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000. Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNADs apresentam certas especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que têm os censos como referência possam ser imediatamente aplicados. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações — e a mais óbvia — diz respeito ao tamanho e, portanto, ao nível de representatividade da amostra da PNAD, que não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios ao nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que, claramente, se caracteriza pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais.

Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas⁴.

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte até bem pouco tempo vigente, também fazia com que a PNAD não fornecesse um quadro completo para esta região, que, como mostram alguns estudos, tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão superável, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios. De qualquer maneira, como será apontado, este problema inviabilizou o uso neste estudo de PNAD dos anos 90 para comparações que envolvessem volumes.

A despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual a torne talvez a mais importante fonte de dados sobre o tema existente no Brasil.

- ***As potencialidades da PNAD para a análise da migração***

Ainda que tanto estado quanto município sejam considerados como referência espaciais na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs a partir dos anos 90, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente no caso das UFs é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que se possa catalogar o informante como um migrante

⁴ Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem versus UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

intermunicipal, a informação recolhida sobre o lugar de origem do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

Assim sendo, pela PNAD existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem do migrante:

- Pela UF de nascimento;
- Pela UF de residência anterior;
- Pela UF de residência cinco anos antes.

Obviamente cada uma destes quesitos tem vantagens e desvantagens que valem a pena relembrar: No caso da “UF de nascimento”, a condição de migrante seria definida para aqueles indivíduos cuja UF onde foi entrevistado fosse distinta daquela de seu nascimento. Claro está que utilizando este quesito se teria apenas o que se chama de “migrantes acumulados” (*lifetime migrants*), ou seja, todos aqueles que chegaram à UF analisada independentemente do tempo de residência. Assim sendo, mais que em qualquer situação, a utilização desse quesito exige um controle pelo tempo de residência, sob pena de analisar coortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos.

Além disso, considerar o lugar de nascimento significa optar por captar o primeiro movimento do indivíduo que, para certos propósitos, pode ser pouco relevante ou pouco informativo dos processos migratórios.

Com a informação sobre a “UF de residência anterior” tem-se, na verdade, a última origem do indivíduo antes de fixar residência no estado onde foi entrevistado. Assim sendo, a partir desse dado, pode-se traçar um quadro, de certa forma, mais atualizado do processo migratório, na medida em que serão computados os movimentos realizados mais recentemente pelos migrantes, particularmente no caso dos mais jovens, com pouca ou nenhuma experiência migratória ou daqueles com história de múltiplas residências.

Finalmente, o quesito sobre “UF de residência cinco anos antes”, assim como a informação anterior, permite que se conheçam movimentos mais recentes dos indivíduos. Com a particularidade de fixar claramente um período para a migração (ou seja, cinco anos), esta informação implica em certas vantagens para cálculos demográficos, como taxas de migração, saldos migratórios, etc. De qualquer maneira, a utilização dessa informação tem a desvantagem de desconsiderar todos os movimentos realizados pelo indivíduo dentro do período.

Como se nota, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrinhar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” — destino — e “residência prévia” — origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

No caso deste diagnóstico, optou-se, para fins de identificação dos fluxos migratórios interestaduais, pela utilização apenas da última informação, ou seja, “UF de residência cinco anos antes do levantamento”, tendo em vistas usufruir de algumas de suas vantagens, como a possibilidade de calcular saldos migratórios⁵.

⁵ Refere-se à diferença entre imigrantes e emigrantes (entradas e saídas) e deve ser calculado com base em dois momentos bem determinados no tempo, detalhe que este tipo de dado permite obter. Sua importância reveste-se do fato de que representa o impacto que o processo migratório de um determinado período tem sobre o crescimento demográfico.

Deve-se alertar, no entanto, que ao utilizar esta informação deixa-se de ter dados sobre a migração dos menores de 5 anos que, obviamente, não haviam nascido no momento para o qual se refere a pergunta. Este problema não se constitui grande limitação já que a migração nesta idade é bem pouco significativa e quando ocorre, dá-se, obviamente, na companhia de familiares, o que implica em ínfimas perdas no que se refere às tendências migratórias.

Tendo em mente as características das PNADs cumpre, por último, explicitar a estratégia utilizada no presente diagnóstico com vistas a avaliar as tendências da migração, particularmente com relação à década passada. Considerando que o uso de uma PNAD dos anos 90 poderia implicar em problemas no que se refere aos quantitativos – já que, como se explicou, são obtidos a partir de projeções –, achou-se por bem utilizar os dados do Censo Demográfico de 2000 com base de comparação, mesmo correndo alguns riscos em função de serem fontes de natureza distintas.

Alguns exercícios feitos com a PNAD 99 mostraram que, muito embora em termos de estruturas (por exemplo, por sexo, idade, direção e sentido dos fluxos etc.) esta poderia ser considerada fidedigna, os valores absolutos mostraram-se muito distantes da realidade apresentada pelo Censo 2000. Assim, considerando que esta última fonte é, sem dúvida, a melhor e mais confiável para questões populacionais e que, para 1999, a PNAD usou uma projeção baseada ainda no Censo 1991 - portanto, defasada como, de fato, mostrou o Censo 2000 -, considerou-se a melhor alternativa utilizar os dados daquele Censo como fonte de comparação.

Tal procedimento parte do princípio que a proximidade com um Censo faz das projeções utilizadas para expandir a PNAD 2004 muito confiáveis e talvez, próximas da realidade, o que tornaria aceitável a comparação sugerida.

3. Tendências gerais da redistribuição espacial da população no Brasil: o que mostraram os Censos Demográficos até 2000.

Os dados do Censo Demográfico de 1991 e de 2000 revelaram um decréscimo generalizado no crescimento demográfico das regiões brasileiras, fruto não apenas da queda da fecundidade (de cerca de 4 filhos por mulher em 1980 passa para 2,3 no momento atual), mas também de alterações significativas nas tendências migratórias.

Para o conjunto da população nacional observa-se que de uma taxa de crescimento correspondente a 3,05% a.a. no período 1950-1960, o País passou para 2,48% a.a. nos anos 70, diminuindo para 1,93% a.a. no período 1980-1991. No período 1991-2000 a taxa de crescimento da população brasileira chegou a 1,62% a.a. (Tabela 1).

Tabela 1
Taxa de crescimento médio anual por Grandes Regiões
Brasil, 1940/2000

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de Crescimento médio anual					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93	1,62
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	3,85	2,86
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82	1,31
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76	1,61
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02	1,79
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48	1,42
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38	1,42
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93	1,40
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99	2,38

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

Quanto ao crescimento da população regional, a Região Norte destacou-se no período 1980-1991 por apresentar a taxa de crescimento da população mais elevada (4% a.a.), demonstrando a importância da fronteira agrícola nos anos 80 como canalizadora de importantes fluxos migratórios para as áreas rurais, particularmente para os estados de Rondônia e Pará. Essa região também ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do País: respondia por 4,43% da população nacional em 1970, passando para 5,57% em 1980, e alcançando 6,53% em 1991.

Esse enorme crescimento populacional da Região Norte esteve condicionado, sem dúvida, aos fluxos migratórios que para lá se dirigiram do final da década de 70 até meados da década de 80. Entretanto, como aponta Martine (1994), o ímpeto de ocupação da região reduziu-se significativamente coincidindo com o fim de programas e subsídios governamentais, além de dificuldades operacionais e tecnológicas para desenvolver a região. De fato, no período 1991-2000 a taxa de crescimento da população do Norte diminuiu para 2,62% a.a., apesar de ser ainda a mais elevada dentre as regiões.

No período 1980-1991 as regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram taxas de crescimento da população (1,82% a.a. e 2,99% a.a., respectivamente) superiores às das regiões Sudeste (1,76% a.a.) e Sul (1,38% a.a.).

No caso da Região Nordeste, a constituição de algumas “ilhas de produtividade” (Pacheco, 1998) com o dinamismo ligado ao Pólo Petroquímico de Camaçari (no Estado da Bahia), a implantação de novas plantas industriais em estados como Ceará, Pernambuco e Bahia, as atividades turísticas, a agricultura irrigada para exportação, o emprego público etc., ampliaram e diversificaram a estrutura econômica nordestina. Sendo assim, contribuíram tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste (Cunha e Baeninger, 2005, Cano, 1998).

Nota-se, no entanto, que, nos anos 90, o crescimento demográfico nordestino teve uma das quedas mais pronunciadas do país, fato que, como se verá, coincide com um recrudescimento de

sua emigração, fato, aliás, já prenunciado por Cano (1998) ao reconhecer a redução dos impactos dos investimentos do II PND, além das crises na produção industrial, do setor público em particular nas maiores aglomerações. Não se pode esquecer, contudo, que a queda da fecundidade também contribuiu para este processo.

Outro elemento que não se pode deixar de considerar seriam os efeitos que certamente tiveram a ampliação da aposentadoria rural a partir da promulgação da Constituição de 1988 e, mais recentemente, os efeitos das políticas de transferência de Renda ativadas no Governo passado e que, no governo atual, ampliou-se ainda mais. Nesse caso, seriam necessários maiores estudos para avaliar em que medida tal impacto foi suficientemente grande para reduzir as evasões demográficas, em particular do agreste e sertão nordestino.

Considerando a Região Centro-Oeste, o crescimento populacional relativamente elevado observado no período 1980-1991 esteve condicionado à sua situação de fronteira agrícola, à dinamização das atividades agropecuárias voltadas para o complexo grãos/carne e também ao importante efeito das atividades de garimpo, que tiveram forte ação no processo de ocupação regional no final de meados dos anos 80 até começo dos 90. Contudo, como se percebe na Tabela 1, este mesmo desempenho não foi repetido nos anos 90, uma vez que vários dos condicionantes de ocupação anteriores - como subsídios governamentais para o processo de colonização e a atividade garimpeira - já não mais estavam presentes.

Quanto ao crescimento da Região Sudeste percebe-se que, nos anos 90, sua taxa de crescimento demográfico continuou em queda, muito embora em ritmo bem inferior ao observado nos anos 80, certamente em função da menor redução relativa da fecundidade e da migração. Há que se notar que, como sustenta Pacheco (1993), foi esta a região que mais sofreu os impactos do processo de reestruturação e desconcentração produtiva, uma vez que, particularmente no caso do Estado de São Paulo, detinha parcela significativa de produção e emprego industrial.

Para a Região Sul o período 1980-1991 apresentou a menor taxa de crescimento populacional (1,38% a.a.), refletindo, em grande medida, sua taxa negativa de crescimento da população rural (-2,0% a.a.), devido ao grande êxodo rural do Paraná, que se iniciou nos anos 70 e se estendeu aos 80. Contudo, no período subsequente, 1991/2000, a região Sul apresentou uma significativa recuperação de seu crescimento demográfico, refletindo os efeitos do desempenho da atividade industrial, particularmente no caso do Paraná que foi beneficiário importante do processo de desconcentração da indústria nacional e de Santa Catarina, em particular na região de sua capital. Como mostraram os dados, de fato, este último estado após duas décadas de crescimento demográfico pífio, recupera-se significativamente nos anos 90.

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste e, em particular, o Estado de São Paulo, cresceram a taxas significativamente maiores que o País, fato que já não se observou nos anos 80 e 90. A contrapartida para essa situação pode ser percebida pelo comportamento das taxas de crescimento das regiões historicamente "fornecedoras" de migrantes, como o Paraná, Minas Gerais e o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas de crescimento da população foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que mostra que a emigração sofreu uma significativa redução (Cunha e Baeninger, 2000). Contudo, isso não significa que a evasão demográfica destas áreas tenha se esgotado, haja vista que as taxas de crescimento registradas para os anos 80 foram ainda muito baixas (Tabela 1).

Por outro lado, o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas regiões Norte e Centro-Oeste mostra que, ainda nos anos 80 e 90, essas áreas registraram saldos

migratórios positivos, que certamente foram mais importantes na primeira região, em especial em estados como Roraima, Amapá e Amazonas que ainda cresciam na última década a taxas elevadas da ordem de 4,6%, 5,8% e 3,3% a.a., respectivamente.

Os diferentes ritmos de crescimento da população brasileira regional revelam que, a partir dos anos 80, ocorreram significativas mudanças no quadro migratório nacional, algumas já esperadas em função de tendências passadas, como o caso da fronteira e a recuperação da região sul, e outras, se não surpreendente, no mínimo, merecedoras de uma mais longa e ampla reflexão.

Em estudo anterior (Cunha, 2003) pôde-se mostrar, por um lado, que, ao longo de três décadas (70, 80 e 90), houve um incremento significativo da migração interestadual. De fato, enquanto o volume de migrantes residentes há menos de 10 anos na UF onde foi recenseado⁶ no Censo de 70 alcançou a cifra de 9,6 milhões de pessoas, esta cifra subiu para quase 12,5 milhões no Censo de 2000. Ou seja, observou-se, no período um incremento de cerca de 30% nos deslocamentos populacionais entre os estados brasileiros.

Contudo, mais importantes que o simples incremento da mobilidade populacional, já que há que se considerar que a população como um todo também cresceu em número, foram algumas modificações nos comportamentos dos fluxos migratórios. Assim sendo, o estudo mencionado enumera como relevantes as seguintes tendências ao longo do período 1970/2000:

1. A redução significativa das perdas populacionais de estados historicamente emissores de migrantes como Minas Gerais e Paraná;
2. O importante recrudescimento da emigração em vários estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas; nos demais chama também à atenção a manutenção dos patamares de perdas demográficas dos anos 80;
3. Em certo sentido como contrapartida do anterior, o incremento, nos anos 90, do volume de imigração registrado no sudeste, não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais;
4. O aumento da imigração também se observa no Centro-Oeste, processo, contudo, visivelmente “desconectado” da fronteira agrícola, tendo em vista que tal comportamento deve-se muito mais ao desempenho do Distrito Federal e Goiás; no caso do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a tendência dos anos 80 de redução da imigração mantém-se; ainda nestes dois casos, a emigração do decênio 1990/2000 manteve os patamares elevados atingidos na década anterior, o que mostra a continuidade de um processo de desaceleração da ocupação da fronteira nestes estados;

Finalmente, a região sul destaca-se pela significativa recuperação dos volumes de imigração dos seus três estados, acompanhado por uma redução ou certa estabilização das perdas populacionais.

Das tendências que mais chamaram a atenção poder-se-ia destacar o caso do recrudescimento da migração nordestina justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no

⁶ Aqui vale um esclarecimento de ordem metodológica. Visando uma perfeita comparação entre os dados analisados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, o estudo mencionado utilizou, para efeitos de mensurar a migração, a informação relativa ao quesito conhecido como “última etapa” que pergunta sobre a UF de residência anterior do indivíduo. No entanto, esta não será a informação básica a ser utilizada no presente texto que optou por captar os migrantes de outra maneira, ou seja, a partir da pergunta sobre a residência em uma data fixa (no caso 5 anos antes do levantamento). Esta escolha se deve principalmente ao fato de que, a partir desta informação, pode-se melhor precisar os períodos de migração e, portanto, obter melhores estimativas, por exemplo, de saldos migratórios. Sobre as diferenças entre as várias formas de mensurar a migração a partir dos dados censitários ver, por exemplo, Carvalho e Rigotti, 2004.

país levavam a apostar num arrefecimento deste tipo de migração. Neste particular vale lembrar reflexões como as de Cano (1995):

“Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiria, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural deversem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional” (p. 131)

De fato, tendo em vista a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola e os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais.

Na verdade, se por um lado, o “fechamento” das fronteiras significou o estreitamento das possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, os processos de reestruturação econômica, tiveram implicações decisivas na geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), na deterioração das relações de trabalho (Dedecca e Baltar, 1999) e, conseqüentemente, nas possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1992) chamou de período de “mobilidade travada”. Nesta mesma linha de raciocínio, pode-se incluir as hipóteses de Pacheco (1993) para quem “o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado um menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno” (p. 22).

Também a relativa desconcentração industrial para estados como Minas Gerais e Paraná, o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste, e a conseqüente “urbanização da fronteira agrícola” também foram fatores que contribuíram para o redirecionamento de certos fluxos migratórios⁷.

4. Migração interestadual nos anos 2000: as novidades (ou continuidades) trazidas pela PNAD 2004

Com relação às tendências delineadas pelas análises dos Censos de 1980, 1991 e 2000 e sucintamente mencionadas acima, os dados derivados da PNAD 2004 mostram-se muito interessantes na medida em que revelam importantes e intrigantes mudanças no panorama da migração no país.

4.1. A faces da migração interestadual no Brasil: imigração, emigração e fluxos migratórios.

Ao menos no que se refere aos fluxos migratórios estabelecidos entre os estados, a Tabela 2 mostra mudanças tanto no volume destes (e, portanto, intensidade já que a população é maior), como no panorama das principais áreas de atração e expulsão demográfica no Brasil.

⁷ Uma discussão mais detalhada sobre as transformações econômicas no Brasil nas últimas décadas, bem como seus impactos sobre o processo de urbanização pode ser encontrada em IPEA/IBGE/NESUR, 1999.

Percebe-se que o volume de migrantes (pessoas que residiam em uma outra UF cinco anos antes do levantamento) em 2000, da ordem de 5,2 milhões, reduziu-se para algo em torno de 4,8 milhões, ou seja, um decréscimo de pouco mais que 7%⁸. Muito embora tal redução possa ser encarada como pouco significativa, sobretudo tendo em vista os erros amostrais envolvidos nestas estimativas, o que mais chama a atenção é o fato delas virem acompanhadas de mudanças no comportamento de várias regiões e ou estados. Tais modificações serão avaliadas a partir de três indicadores: o volume de imigração, emigração e da migração líquida (ou saldo migratório).

Tabela 2
Volumes de imigração, emigração e saldo migratório por Unidades da Federação
Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Unidades da Federação	Volumes segundo períodos quinquenais (*)					
	1995/2000			1999/2004		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Rondônia	83.325	72.734	10.591	50.228	55.239	-5.011
Acre	13.635	16.069	-2.434	15.087	13.212	1.875
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.918	52.928	11.990
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.706	13.325	25.381
Pará	182.045	234.213	-52.168	239.495	187.426	52.069
Amapá	44.582	15.113	29.469	34.399	18.281	16.118
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.530	112.004	-29.474
Norte	556.393	493.680	62.713	525.363	452.415	72.948
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	121.212	113.952	7.260
Ceará	162.926	186.709	-23.783	143.418	120.574	22.844
R.G.Norte	77.917	71.286	6.631	74.898	37.284	37.614
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	141.492	95.857	45.635
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	182.574	204.868	-22.294
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	294.385	378.618	-84.233
Nordeste	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.266.064	1.338.095	-72.031
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	437.598	398.460	39.138
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	109.480	108.669	811
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	178.694	255.653	-76.959
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	873.624	978.689	-105.065
Sudeste	2.120.563	1.662.152	458.411	1.599.396	1.741.471	-142.075
Paraná	297.308	336.998	-39.690	286.023	271.182	14.841
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	222.972	139.268	83.704
Rio Grande do Sul	113.395	152.891	-39.496	120.163	146.372	-26.209
Sul	610.354	629.554	-19.200	629.158	556.822	72.336
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11.029	95.315	97.271	-1.956
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	199.291	81.011	118.280
Goiás	372.702	169.887	202.815	319.365	168.574	150.791
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	159.880	199.982	-40.102
Centro-Oeste	852.908	590.902	262.006	773.851	546.838	227.013
	5.196.142			4.793.832		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) Desconsidera imigrantes estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada

No caso da imigração, o que mais salta à vista é a redução, esta sim expressiva, dos volumes apresentados pelo Sudeste, em especial, por São Paulo: cerca de 29%; neste último caso, depois de registrar cerca de 1,2 milhões migrantes no quinquênio 95/00, São Paulo passa a receber, no quinquênio seguinte, 870 mil. Em contrapartida, e, como se verá, não por acaso, o Nordeste apresentou um crescimento do volume de imigrantes da ordem de 19%, sendo que os principais estados responsáveis por tal comportamento foram Maranhão (com crescimento dos imigrantes de 79%), Rio Grande do Norte (54%), Alagoas (45%), Paraíba (39%) e Bahia (17%), muito

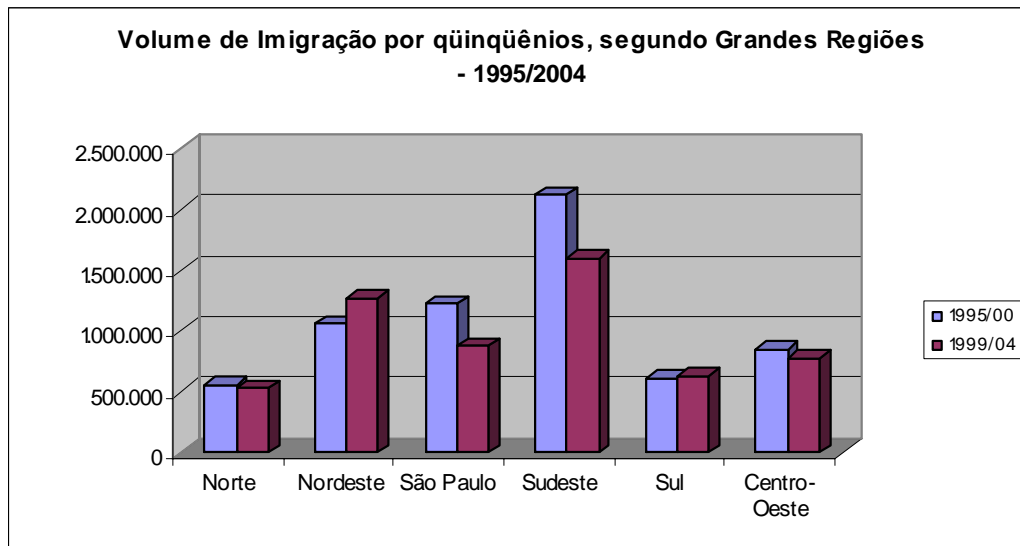
⁸ É bom novamente lembrar que nestes volumes não são captados as crianças menores de 5 anos.

embora este último estado, juntamente com Maranhão e Paraíba, tenham sido os que apresentaram maior crescimento absoluto em seus volumes.

Quanto ao Sul, Centro-Oeste e Norte, especialmente estas duas últimas regiões, os volumes pouco variaram, não obstante a importante queda na imigração de algumas UFs como o Distrito Federal (26%), Rondônia (40%), Amazonas (27%) e Amapá (22%). É interessante notar que estas UFs têm em comum o fato de terem se destacado como algumas das principais áreas de atração populacional nos anos 80 e 90. Particularmente nos casos do Amazonas e Amapá, ao longo dos anos 90, tudo indicava que estes estados estariam se configurando como as mais novas áreas de expansão das fronteiras brasileiras, condição que parece não estar sendo corroborada pelos dados da PNAD 2004. Na verdade, a única área que, segundo os dados aqui analisados, poderia ainda ser configurada desta forma é o Pará já que, no período 2000/2004, teve incrementada a sua imigração em mais de 30%. Este fato reforça a tendência de intensa ocupação deste estado, em especial de sua porção sul, observada na década anterior.

O Gráfico 1 resume as tendências apontadas anteriormente com relação à imigração registrada nas regiões brasileiras.

Gráfico 1



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Do lado da emigração (ou seja, as perdas populacionais) experimentada por cada um dos estados brasileiros, percebe-se que esta sofreu uma significativa redução nos estados historicamente emissores de população como os do Nordeste, especialmente na Paraíba e Rio Grande do Norte, onde este volume reduziu-se em mais de 40%. De qualquer forma, ainda persistem na região estados como Maranhão e Piauí que praticamente mantiveram os níveis de perdas populacionais do período anterior. No entanto, deve-se lembrar que, tendo em vista o crescimento demográfico geral, os volumes registrados no quinquênio 1999/04 estariam representando uma queda sistemática da intensidade de emigração nos estados nordestinos.

Contudo, é digno de nota que, mesmo em queda, os volumes de emigração no Nordeste permaneceram elevados. Nesse caso, haveria que considerar outros elementos que influenciaram a persistência destas perdas demográficas mesmo em condições pouco favoráveis nas áreas “atrativas”. Em primeiro lugar, deve-se considerar os impactos de certos problemas estruturais

cujas intensificações cíclicas ou sazonais podem agir de maneira mais aguda em certos momentos, como por exemplo, a seca; outro elemento diz respeito às questões fundiárias, particularmente, aquela relacionada à redução da pequena propriedade que podem ter se agudizado em certas regiões⁹.

Finalmente deve-se mencionar a crise, nos moldes do ocorrido no sudeste, que se abateu nas maiores aglomerações urbana regionais, particularmente nas metropolitanas que, como se sabe, constituem-se em importante pontos de chegada para parte do contingente liberado no interior destes estados. Neste último caso, as considerações de Cano (1998) sugerem que, após um período de recuperação apoiado na maturação de investimentos e um processo de industrialização periférica, o Nordeste teria voltado a apresentar maus resultados em termos de seu crescimento econômico, o que repercutiria no seu poder de retenção em especial no caso de suas maiores aglomerações urbanas.

Nas demais regiões que reduziram suas perdas populacionais, como o Sul e Centro-Oeste, cumpriria destacar que, enquanto o primeiro caso reflete a continuidade de um processo já detectado, na década anterior, pelo menos no Estado do Paraná, no segundo caso, os dados trazem uma novidade, sugerindo que houve certa recuperação da região. Assim, como demonstrado por Rippel (2005), o decréscimo da emigração no Paraná estaria ligado não apenas ao progressivo “fechamento” das fronteiras no Centro-Oeste, mas também pela consolidação da RM de Curitiba como importante pólo de atração migratória. Já no caso do Centro-Oeste, percebe-se que é de Mato Grosso vem a novidade, pois este experimentou não apenas um aumento de sua imigração, mas uma redução de sua emigração, mostrando que este estado parece ter recuperado parte do ímpeto de crescimento demográfico de décadas anteriores, provavelmente em função da ocupação de suas porções noroeste e nordeste que, como se observava nos anos 90 (Cunha, 2004), eram as principais áreas de expansão do estado.

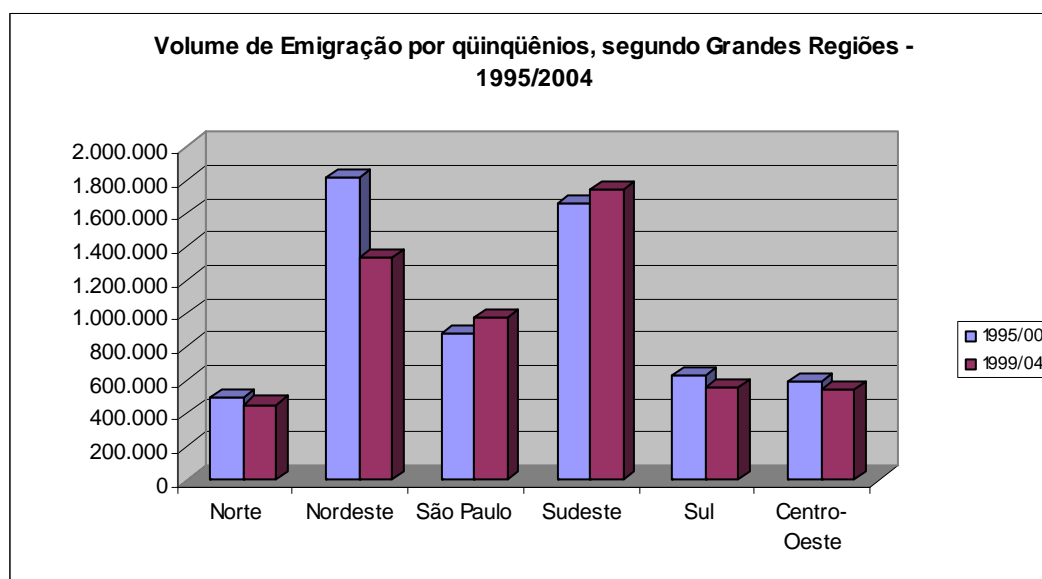
Em termos do incremento da emigração no país pode perceber duas situações bastante distintas: de um lado duas Unidades da Federação com características predominantemente urbanas, como Distrito Federal e São Paulo e, de outro lado, estados de perfil mais rural como são os casos de Amapá e Tocantins. No caso de São Paulo, como será mostrado a seguir, não há dúvidas que o aumento da emigração reflete a continuidade do retorno de seus antigos imigrantes, muito deles provenientes do Nordeste; no Distrito Federal, embora a PNAD não permita este tipo de avaliação, supõe-se que, como mostrado em outros estudos (Cunha, 2002), boa parte destas perdas populacionais seja fruto da expansão urbana da capital do país para o estado de Goiás, cujos municípios vizinhos ao DF acabam se configurando como sua periferia.

Já no caso do Amapá e Tocantins não se pode ir muito mais além de algumas especulações: provavelmente em ambos os casos a emigração pode ter sido incentivada pelas oportunidades que estão sendo geradas no Pará, fruto do impacto das atividades mineradoras, assim como do avanço da fronteira agrícola, do desmatamento e da cultura da soja.

O gráfico 2 permite observar a evolução da emigração nas grandes regiões brasileiras.

⁹ Em trabalho recente sobre a migração em Sergipe, Oliveira (2003:64) considera a questão do modificação da estrutura fundiária como importante para se entender, ainda nos anos 90 a situação migratória estadual.

Gráfico 2



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

A análise do comportamento da imigração e emigração na maioria dos casos mostra-se coerente com o que já se sabe sobre as relações existentes entre as regiões e estados brasileiros. Assim, embora interessante, não chega a surpreender o fato de que, concomitantemente ao aumento da emigração em São Paulo, tenha ocorrido um aumento de imigração e também uma redução de emigração nordestina. O mesmo pode ser dito com relação à redução de imigração e certa manutenção da emigração no Centro-Oeste e o inverso observado no Paraná; como se sabe, nos anos 70 e 80, estas duas últimas áreas apresentavam intensas trocas migratórias que culminaram em ganhos populacionais para o Centro-Oeste, particularmente para o estado do Mato Grosso.

A matriz de trocas migratórias¹⁰ entre as regiões brasileiras apresentada a seguir deixa claro como foi o balanço dos movimentos de entrada e saída de população no período 1999/2004. Observando os dados relativos aos fluxos migratórios desta forma fica claro quais áreas saíram ganhando e quais perderam população no processo migratório no período de tempo considerado.

Tabela 3
Matriz de trocas migratórias (*)
Brasil, 1999/2004

Residência em 1999	Residência em 2004						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro/ Espírito Santo
Norte	-	-86.062	23.685	3.435	2.070	-7.047	178
Nordeste		-	77.185	-4.839	-66.548	31.825	-37.098
Centro-Oeste			-	-44.749	-37.024	-14.685	-6.240
Sul				-	-79.838	-2.125	1.224
São Paulo					-	-6.137	-20.071
Minas Gerais						-	-29.147
E.Santo/R.Janeiro							-

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

Obs: valores negativos representam perdas para as regiões dispostas nas colunas, sendo que os positivos indicam perdas para aquelas dispostas nas linhas.

¹⁰ Para duas áreas determinadas, define-se “troca migratória” como o resultado da diferença entre os fluxos estabelecidos em direções contrárias (de A para B e de B para A).

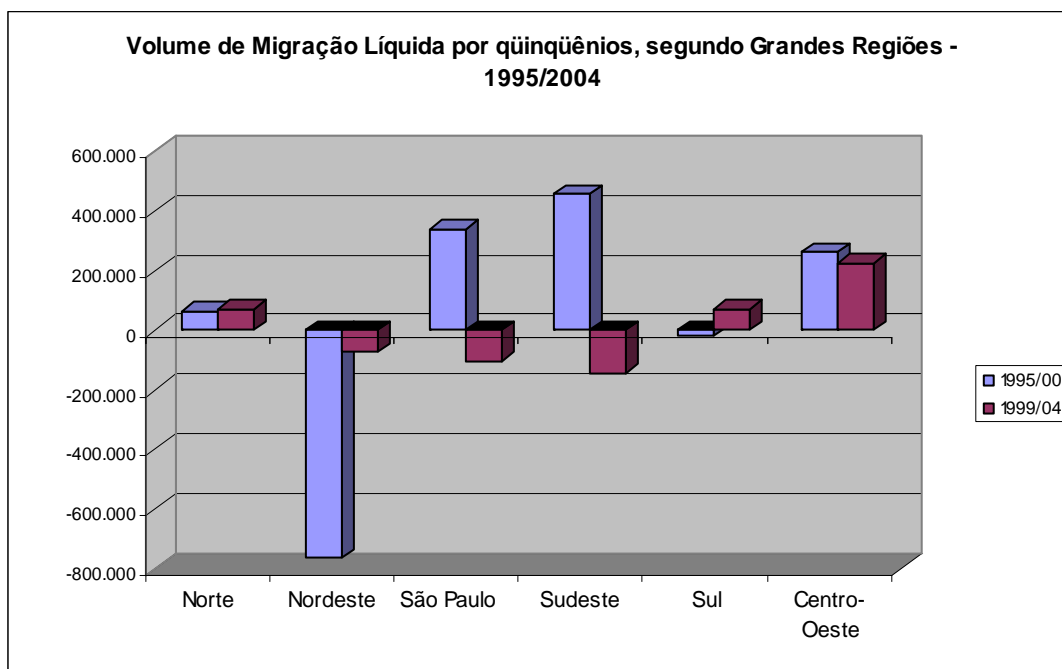
Como se percebe, nos primeiros anos da década atual, no caso da região Norte, destaca-se os ganhos populacionais que representaram as trocas migratórias estabelecidas com o Nordeste (ganho de 86 mil pessoas), fato que apenas reforça tendências passadas. Para o Nordeste o que mais chama a atenção são, indubitavelmente, os ganhos registrados nas trocas com o sudeste, em particular com São Paulo (algo em torno de 67 mil migrantes). Já no caso do Centro-Oeste, este obtém ganhos com todas as regiões brasileiras, fato indicativo de que, mesmo com muito menor intensidade, ainda se constitui em área de atração demográfica.

A região Sul enquanto perde população, em termos líquidos, para quase todas as regiões, apresenta ganhos expressivos nas trocas São Paulo e Minas Gerais. Digno de nota é o fato de que, no Sudeste, São Paulo aparece indiscutivelmente como o mais importante pólo de expulsão demográfica, já que não registra ganhos nas trocas com nenhuma das regiões brasileiras; o Nordeste e Sul (este em função especialmente do Paraná e Santa Catarina) são, sem dúvida, aquelas que mais ganham nestas trocas. Embora Minas Gerais, neste período, tenha apresentado perdas líquidas para boa parte das regiões brasileiras, com exceção do Nordeste e Rio de Janeiro/Espírito Santo, estas foram bem reduzidas sugerindo que a migração teve um impacto pouco significativo em sua dinâmica demográfica, ao menos no que se refere aos fluxos interestaduais. Finalmente, Rio de Janeiro/Espírito Santo, perdem população para o Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, sendo os ganhos pouco significativos.

O resultado final destas trocas regionais pode ser visto no comportamento do saldo migratório de cada uma destas áreas. O Gráfico 3 permite esta observação, deixando claro que, com relação ao último quinquênio da década de 90, pelo menos duas grandes modificações ocorreram no quadro migratório nacional: a primeira, a grande redução das perdas populacionais do Nordeste que, como já se viu, é fruto de ganhos demográficos nas trocas com o sudeste; a segunda, e talvez a mais interessante em termos analíticos – mas que certamente tem relação com a primeira -, diz respeito à forte redução do saldo migratório de São Paulo e do Sudeste como um todo que inclusive passam a apresentar saldos negativos.

Por último não se pode esquecer de considerar que muitas das regiões brasileiras apresentam uma grande mobilidade interna envolvendo trocas entre os seus respectivos estados. Estes fluxos podem ser mais bem apreciados nas matrizes migratórias em anexo, contudo, vale mencionar que 35% dos imigrantes registrados no Norte tinham origem na própria região, sendo o percentual atingido pelo Nordeste de 31%; no Centro-Oeste, 27%; no Sul, 45% e no Sudeste, 43%.

Gráfico 3



Tal resultado mostra o quanto é significativo a migração intra-regional para a dinâmica demográfica de muitas regiões. No caso do Norte, a existência de distintas áreas de fronteira agrícola, assim como outras atividades como a garimpeira, poderia justificar esta mobilidade. De fato, observando os fluxos migratórios estabelecidos (ver Anexo 1), pode-se perceber a existência de volumes significativos de pessoas deixando o Pará em direção ao Amazonas (e vice-versa), Roraima e Amapá, e migração do Tocantins para o Pará.

No caso do Nordeste, os volumes e fluxos estabelecidos nas intensas trocas entre Pernambuco e Paraíba e Alagoas e Pernambuco, na migração do Piauí para o Maranhão (mais de 47 mil pessoas), da Bahia para Sergipe, de Pernambuco para Bahia, do Piauí para Ceará etc., mostram que não é possível estabelecer com muita propriedade qual ou quais os principais estados de atração demográfica de região, muito embora, Pernambuco parece se destacar, talvez pela influência significativa da Região Metropolitana de Recife.

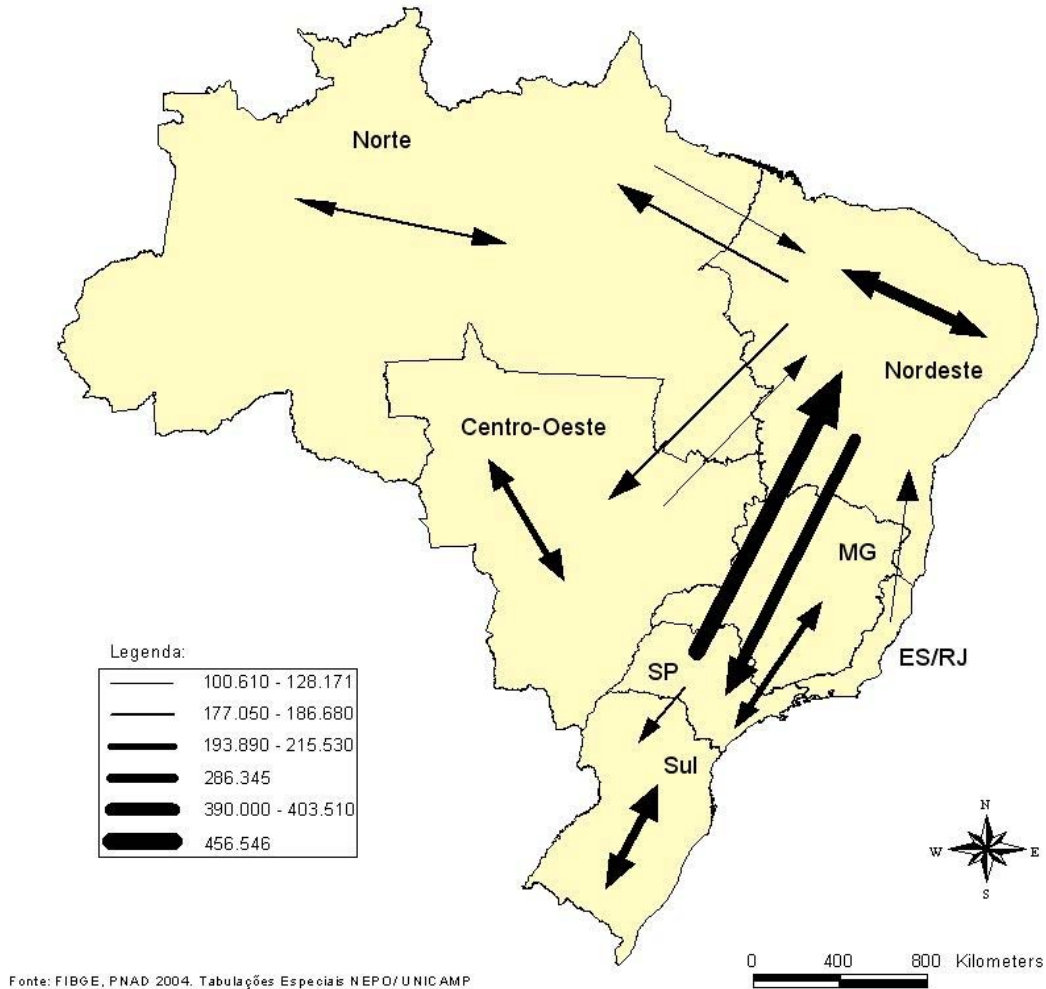
Já no Centro-Oeste a mobilidade intra-regional é bem menos significativa que nas demais regiões, contudo, pode-se dizer que os principais fluxos estabelecidos têm como áreas preferenciais de destino o Distrito Federal (particularmente por sua relação com Goiás) e o Mato Grosso, que ainda detém a maior área de expansão de fronteira agrícola da região.

No Sul do país também se registra um volume importante de migração intra-regional, justificada pelas trocas entre Paraná e Santa Catarina e desta última com o Rio Grande do Sul. É interessante notar que, observando as trocas migratórias líquidas estabelecidas entre estes estados, Santa Catarina desponta como o maior pólo de atração regional, fato que se mostra em consonância com o desenvolvimento observado no estado.

Finalmente o Sudeste, com as trocas migratórias mais importantes envolvendo Minas Gerais e São Paulo (movimentando cerca de 400 mil pessoas nos fluxos nos dois sentidos), mostra o peso destes dois Estados não apenas na configuração da dinâmica migratória regional, mas também nacional.

O mapa 1 apresenta de maneira esquemática as principais tendências intra-regionais observadas a partir das trocas migratórias líquidas mais significativas.

Mapa 1. Principais fluxos migratórios por Grandes Regiões. Brasil, 1999/2004



4.2. Entendendo parte da mudança: o papel da migração de retorno.

Em estudo recente Cunha e Baeninger (2005) já registravam a importância que a migração de retorno – entendida como a volta de pessoas para os seus respectivos estados de nascimento – teve na dinâmica migratória brasileiras nas últimas décadas:

“Os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, uma vez que mesmo com relativa retomada da emigração em vários estados nos anos 90 (grifo meu), em particular do Nordeste, ainda assim é possível detectar um forte incremento de suas imigrações em boa medida fomentada pelo retorno de seus naturais. De fato, como se pode observar..., o volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90 houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração comparado com a década de 70. Este elevadíssimo incremento contribuiu para que o

número de pessoas retornadas a seus estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; estes volumes indicam a importância que, nos anos mais recentes, este tipo de mobilidade - sempre presentes, porém em menor intensidade - passou a adquirir no cenário das migrações nacionais. Os dados apresentados mostram ainda que os maiores volumes de retorno foram registrados em estados historicamente expulsos de população como os do Nordeste (em particular, Bahia e Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Ou seja, percebe-se claramente que este fenômeno espelha, por um lado, as grandes dificuldades que os migrantes enfrentam em fixar-se nas tradicionais áreas de atração migratória, como é o caso de São Paulo; por outro lado, sugerem ainda a influência do crescimento e desconcentração econômica que beneficiou certos estados como Paraná e Minas Gerais cujas Regiões Metropolitanas passaram a atrair boa parte dos potenciais emigrantes de suas regiões mais deprimidas. Nesse sentido, a idéia de um aumento do “ir e vir”¹¹ ou intensificação de um processo de maior “circulação” de pessoas entre duas regiões ganha força (grifo meu), dada as grandes dificuldades pelas quais passaram e ainda passam os mercados de trabalho dos centros tradicionais de atração, além da redução das possibilidades nas fronteiras agrícolas..” (Cunha e Baeninger, 2005; grifos do autor)

Além da ênfase no papel da migração de retorno, destacam-se outros dois aspectos importantes do excerto acima (ambos devidamente grifados): o primeiro deles relacionado ao fato de que os dados analisados naquele estudo (provenientes dos Censos Demográficos) mostravam que, para alguns estados, teria havido um aumento de emigração, particularmente aquela direcionada para São Paulo.

Tal tendência parece não se configurar a partir dos dados mais recentes o que mostra quão complexa é a tarefa de se projetar o comportamento da migração em um país com tantas oscilações em suas condições econômicas e sociais. Até mesmo questões relativas aos efeitos tardios de mudanças estruturais (Pacheco e Patarra, 1998), ou dos frutos de uma maturação de investimentos (Cano, 1998) acabam contribuindo para dificultar ainda mais a tarefa de acompanhar o fenômeno migratório.

De qualquer forma o que importa considerar é que a migração de retorno desempenhou um papel central em boa parte dos fluxos estabelecidos no país e, portanto, nas mudanças observadas. Assim, enquanto a migração de retorno, segundo a PNAD 2004, representou, no período 1999/2004, cerca de 30% dos movimentos migratórios interestaduais registrados no país (ou seja, mais de 1,4 milhões de pessoas), nas regiões historicamente de evasão demográfica este percentual foi bem maior, como no Nordeste (51,0%), Minas Gerais (38,7%) e Sul (35,3%, sendo que para o Paraná este percentual chegou a 41,8%). Cumpre lembrar ainda que, como se mostrou, vários estados do Nordeste, assim como o Paraná (ver Tabela 2) foram áreas que registraram as maiores reduções na emigração no período analisado em comparação com o último quinquênio da década de 90.

¹¹ Nesse sentido é exemplar o trabalho de Lyra (2003) que mostra, com muita clareza, a existência deste tipo de tendência. Os dados trabalhados pela autora dão conta de que, nos anos 80, 66,2% dos migrantes que retornaram para Pernambuco provenientes de São Paulo o fizeram para os seus respectivos municípios de nascimento. Este percentual cresce ainda mais quando se toma em conta aquelas regiões que sabidamente são as principais áreas de origem da emigração pernambucana. De fato, o mesmo estudo mostra que, no período 1980/90, 45% do retornado de São Paulo para Pernambuco voltavam para a Mesorregião do Agreste, sendo que para esta área nada menos do que 73% dos retornados voltavam para o seu município de nascimento.

Os volumes de migração de retorno, assim como seu peso relativo com relação ao total de imigrantes recebidos pelos estados podem ser apreciados na Tabela 4.

Tabela 4
Volume de Imigração interestadual total e de retorno
Brasil, Unidade da Federação
1999/04

Unidade da Federação	Volume de Imigração (*)		Percentual de Retorno
	Retorno	Total	
Rondônia	4.472	50.228	8,9
Acre	2.740	15.087	18,2
Amazonas	9.180	64.918	14,1
Roraima	1.609	38.706	4,2
Pará	50.159	239.495	20,9
Amapá	3.126	34.399	9,1
Tocantins	15.718	82.530	19,0
Norte	87.004	525.363	16,6
Maranhão	86.078	180.924	47,6
Piauí	76.268	121.212	62,9
Ceará	84.178	143.418	58,7
R.G.Norte	36.044	74.898	48,1
Paraíba	71.876	141.492	50,8
Pernambuco	88.755	182.574	48,6
Alagoas	39.525	81.318	48,6
Sergipe	18.072	45.843	39,4
Bahia	145.505	294.385	49,4
Nordeste	646.301	1.266.064	51,0
Minas Gerais	169.340	437.598	38,7
Espírito Santo	23.494	109.480	21,5
Rio de Janeiro	29.234	178.694	16,4
São Paulo	164.733	873.624	18,9
Sudeste	386.801	1.599.396	24,2
Paraná	119.519	286.023	41,8
Santa Catarina	53.861	222.972	24,2
R.G.do Sul	49.027	120.163	40,8
Sul	222.407	629.158	35,3
M.G.do Sul	16.046	95315	16,8
Mato Grosso	11.547	199291	5,8
Goiás	52.424	319.365	16,4
Distrito Federal	16.647	159.880	10,4
Centro-Oeste	96.664	773.851	12,5

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

(*) Nos totais regionais inclui-se a migração intra-regional

A Tabela 5 mostra ademais que o peso do retorno foi ainda muito mais significativo em alguns fluxos envolvendo as regiões responsáveis por grande parte da história migratória nacional contemporânea. Assim, este fenômeno mostrou-se muito mais intenso na emigração de São Paulo e do Centro-Oeste rumo ao Nordeste e do Centro-Oeste para o Sul, ou seja, mostrando claramente tratar-se de uma modificação nas tendências passadas que apontavam os migrantes movendo-se justamente em sentido contrário.

Tabela 5

Peso relativo da Migração de Retorno no total da Imigração Interestadual segundo fluxos por Grandes Regiões Brasil, 1999/2004

Região de Residência em 1999	Região de Residência em 2004							Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	ES/RJ	
Norte	20,9	48,2	16,7	34,1	16,0	20,3	21,4	26,7
Nordeste	7,5	29,3	4,3	25,3	5,5	21,0	8,3	14,1
Centro-Oeste	25,6	72,7	19,4	48,6	33,6	46,0	44,0	37,1
Sul	9,3	43,1	5,2	31,8	38,1	11,8	24,2	27,2
São Paulo	21,3	66,2	11,1	35,8	-	43,3	24,4	48,4
Minas Gerais	16,9	39,6	14,2	30,4	20,5	-	13,4	20,3
E. Santo/R.Janeiro	24,8	57,0	17,1	35,3	22,3	42,0	25,7	40,1
Estrang./Brasil s/espec.	48,1	36,7	21,0	51,5	61,2	64,5	30,8	47,2
Total	16,6	51,0	12,5	35,3	18,9	38,7	18,3	29,4

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Tal comportamento significa que, paralelamente à redução dos fluxos migratórios em direção às regiões historicamente de atração demográfica, as quais representavam duas das principais tendências redistributivas do país (a concentração no Sudeste, em especial em São Paulo e a desconcentração para a fronteira no Centro-Oeste e Norte), parece estar ocorrendo um retorno expressivo dos antigos migrantes que tentaram a sorte naquelas áreas.

No entanto, não se pode deixar de considerar que, mesmo nestas condições, ainda são muito significativos, por exemplo, os volumes de pessoas que deixam o Nordeste, ou que chegam a São Paulo ou Mato Grosso, razão pela qual, mesmo num quadro de incremento do retorno, não se pode descartar a hipótese de se estar frente a um fenômeno de grande circulação de pessoas. Tal *circularidade* de migrantes se justificaria não apenas pelas poucas oportunidades existentes nas tradicionais áreas de origem e pela restrita capacidade de absorção de seus maiores centros regionais, como as Regiões Metropolitanas, mas também pela crise que enfrentam os grandes centros nacionais, sendo talvez o principal deles, nestes termos, a Região Metropolitana de São Paulo¹².

Uma mostra de que tais assertivas possuem alguma base de sustento empírica é o fato de que, segundo a PNAD 2004, o retorno, especialmente para o Nordeste e Norte, dá-se em sua grande maioria para os municípios de nascimento dos migrantes. Como mostra o Gráfico 4, enquanto para o país o percentual de pessoas que retorna para o seu município natal é de 56,4%, no caso das duas regiões mencionadas este percentual é, respectivamente, de 66% e 60%. Em contrapartida, para aquelas áreas que sabidamente apresentam uma RM com maior potencial de absorção, como São Paulo (apesar de toda a sua crise) e Paraná (onde a RM de Curitiba despontou nos anos 90), estas cifras são bem menores chegando à casa dos 51% e 29%, respectivamente.

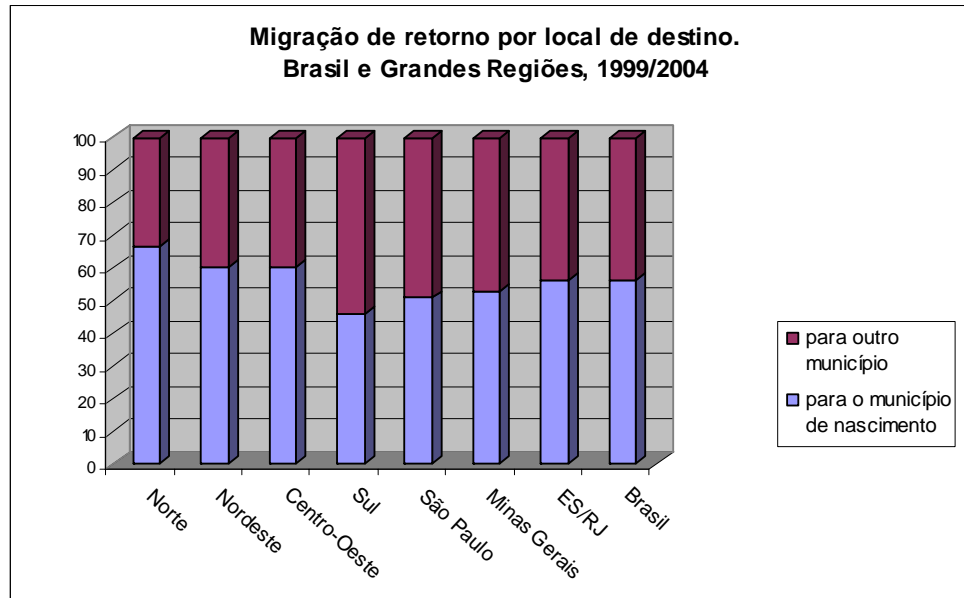
Um reflexo do fenômeno anterior pode ser percebido também no fato de que pouco mais de 41% da imigração interestadual teve como destino as Regiões Metropolitanas, percentual que se reduz ainda mais (37,7%) quando o recalculamos sem o Distrito Federal que, por suas características, tende a distorcer os resultados¹³.

¹² Para um melhor desenvolvimento desta questão ver Cunha e Baeninger, 2005.

¹³ De fato, como, para a PNAD, o Distrito Federal é ao mesmo tempo Unidade da Federação e uma RM, tem-se neste caso um percentual de 100% da imigração recebida pela RM. Na verdade, como já se lembrou, o DF tem um comportamento peculiar por ter sua expansão urbana e demográfica associada ao outro Estado, no caso, Goiás.

Portanto, se o retorno aumentou em volume e, sobretudo, sua importância relativa na imigração registrada por algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, ele parece ter ocorrido menos pelo aparecimento de oportunidades nos Estados de origem, e mais pelas dificuldades de permanência nas áreas mais atrativas (fossem elas aquelas de maior desenvolvimento urbano ou áreas de fronteira). A constatação de uma volta mais concentrada para os municípios de nascimento, muitos deles localizados nas zonas mais deprimidas do país, como é o caso do agreste e sertão¹⁴, apenas reforça a tese de um retorno por desalento ou incapacidade de inserção nos maiores centros¹⁵.

Gráfico 4



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

5. Quem são os migrantes do século 21?

Visando completar o presente diagnóstico sobre a situação migratória nacional apresentada pela PNAD 2004, pretende-se avaliar algumas características dos migrantes, muito embora sem a intenção de esgotar as inúmeras possibilidades oferecidas por esta fonte.

Afinal, quem migra mais, as mulheres ou os homens? Esta discussão bastante antiga nos estudos demográficos tem levado a proposições generalistas de que são as mulheres as que migram em maior volume que os homens (Ebanks, 1993). Na verdade, se, por um lado, ao observar os dados agregados, percebe-se que, de fato, existe uma superioridade numérica das primeiras com relação aos segundos no conjunto da migração nacional, por outro lado, esta constatação, um tanto apressada, esconde especificidades de migração por sexo que ajudariam a entender melhor os processos envolvidos.

¹⁴ Esta e outras questões podem ser constatadas em uma interessante e detalhada análise elaborada por Lira (2004) sobre as trajetórias dos migrantes de Pernambuco.

¹⁵ Uma reportagem recente da Folha de São Paulo sugere uma hipótese complementar ao mostrar que o crescimento da proporção de pobres observado na RM de São Paulo, em comparação com outras RMs do país, juntamente com o maior custo de vida nesta área poderia comprometer ainda mais as possibilidades de inserção dos migrantes. Ver Folha de São Paulo de 29/01/2006, Caderno Economia (“SP ganha mais de 200 mil pobres em um ano”).

Considere-se o caso da PNAD 2004, onde a proporção da população migrante por sexo é exatamente a mesma apresentada para a população total (48,7% de homens e 51,3% de mulheres), fato que, para além da pura coincidência, mostra que tal comportamento da migração não representa, a princípio, qualquer tipo de seletividade ou comportamento anormal já que observado também na população brasileira.

No entanto, como mostram os dados da Tabela 6, a relação entre os sexos depende não apenas das regiões brasileiras que se considerem, mas também das direções dos fluxos estabelecidos. Desta forma, percebe-se que, enquanto no caso de emigração, os homens são mais numerosos no Sudeste, em particular, em São Paulo, este quadro se repete no caso dos migrantes que recebem as regiões Centro-Oeste e Nordeste. De qualquer forma, as variações são bem pequenas.

Tabela 6
Distribuição por sexo da emigração e Imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país.
Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigração		Imigração	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	47,4	52,6	50,0	50,0
Nordeste	47,2	52,8	50,2	49,8
Centro-Oeste	47,4	52,6	48,0	52,0
Sul	48,9	51,1	48,3	51,7
São Paulo	51,0	49,0	47,8	52,2
Minas Gerais	45,8	54,2	47,6	52,4
E.Santo/R.Janeiro	51,4	48,6	47,5	52,5
Migrantes interestaduais	48,7	51,3		
População total do Brasil	48,7	51,3		

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

No caso da distribuição etária, também cumpre avaliar o comportamento da migração interestadual a partir de sua comparação com a estrutura apresentada pela população brasileira. Assim, como se constata na Tabela 7, a parcela da população que mudou de UF no quinquênio 99/04 apresenta uma característica bastante diferenciada, na medida em que envolvem menos jovens e idosos e mais população nas idades adultas entre 15 e 49 anos.

Este fato, há muito conhecido pelos estudiosos do tema, reflete o caráter da seletividade apresentada normalmente pela migração. Não obstante, não se deve desconsiderar que também, neste caso, o comportamento varia segundo o contexto migratório, ou seja, as características das áreas de origem e destino dos movimentos.

Tabela 7

Distribuição por grupos etários (*) da emigração e imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	25,7	37,7	28,7	7,8	24,2	40,8	28,3	6,7
Nordeste	20,0	49,0	24,1	6,9	23,0	35,5	31,5	10,1
Centro-Oeste	21,7	39,1	30,6	8,5	18,7	44,4	28,1	8,8
Sul	19,7	34,8	33,1	12,5	21,4	34,4	32,0	12,2
São Paulo	21,0	33,3	34,4	11,3	17,3	47,5	26,3	8,8
Minas Gerais	16,5	43,8	28,8	10,9	20,4	35,1	33,6	10,9
E.Santo/R.Janeiro	19,4	34,7	34,1	11,7	16,0	40,5	34,4	9,0
Migrantes interestaduais	20,5	39,8	30,1	9,6				
População total do Brasil	27,1	27,3	27,4	18,3				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos

De fato, considerando a análise a partir dos imigrantes, fica evidente na Tabela 6 que a distribuição etária das pessoas que chegam à região Norte e Nordeste é muito mais rejuvenescida comparativamente àquelas que rumam para outras direções. De maneira simplificada tal situação poderia ser explicada, de um lado, pela ocupação da fronteira no Norte (em especial no Pará, Amazonas e Roraima), e de outro lado, pela migração de retorno para o Nordeste de famílias que não lograram inserir-se nas áreas mais desenvolvidas do país.

Do ponto de vista da emigração, constata-se que apenas as pessoas que deixaram o Norte apresentam um percentual de crianças bem acima da média dos migrantes do país, fato que estaria refletindo tanto o retorno de famílias para suas áreas originais de destino, como também a re-emigração, dentro da própria região, em busca de condições mais adequadas nas demais áreas de fronteira¹⁶.

Portanto, não há dúvidas que muito embora os migrantes interestaduais no Brasil possuam visivelmente um caráter seletivo por estarem mais concentrados nas idades adultas (e, portanto, mais produtivas), existem situações, como a migração para fronteira, em que este perfil altera-se, na medida em que reflete as características de ocupação desta parte do território que favorece a migração familiar (Cunha, 2002). Tal situação não necessariamente se repete quando se observa a migração para áreas de maior desenvolvimento urbano onde, via de regra, existem uma maior percentual de pessoas sozinhas e famílias sem filhos.

Uma outra forma de visualizar as especificidades do comportamento da migração por sexo e idade e suas diferenças em termos dos contextos socioeconômicos envolvidos refere-se à análise de razão de sexo por grupos etários¹⁷.

Se a razão de sexo (RS - quociente entre volumes de homens e mulheres) para os migrantes não difere consideravelmente daquela observada na população brasileira (94,9 homens para cada 100 mulheres contra 95,0, respectivamente), algumas diferenças significativas podem ser observadas quando se avalia este indicador segundo grupo de idade.

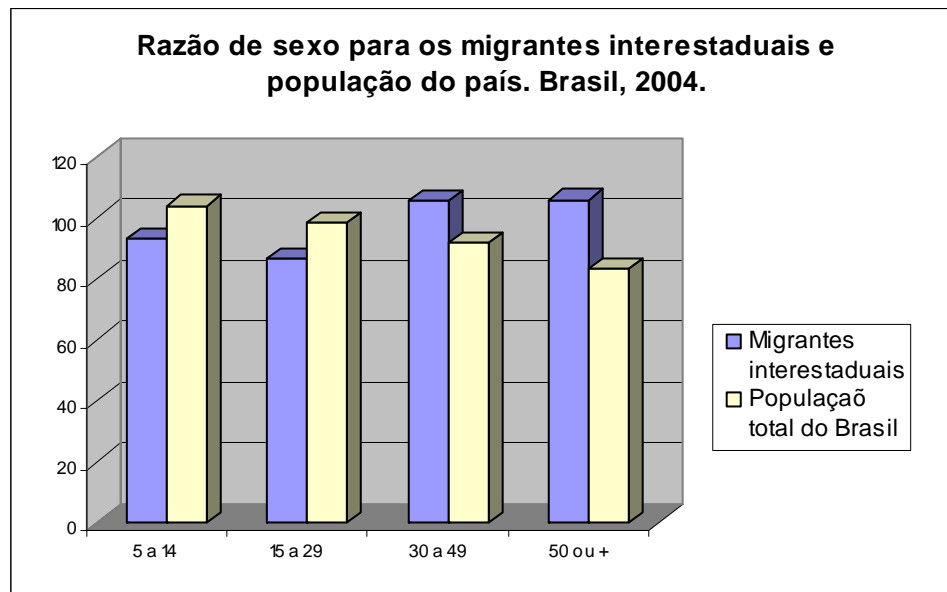
¹⁶ Deve-se lembrar que, como apontado anteriormente, a mobilidade intra-regional é importante em várias regiões brasileiras, em particular no Norte onde representa mais de um terço dos migrantes registrado nas respectivas Unidades da Federação.

¹⁷ Para uma população fechada, ou seja, não afetada pela migração, este indicador deveria partir de um valor acima de 100 nas idades mais tenras – nascem mais homens que mulheres – e apresentar uma redução à medida que a população envelhece, em função da sobremortalidade masculina.

Como mostra o Gráfico 5, enquanto na população total brasileira esta razão reproduz o comportamento padrão, ou seja, se reduz progressivamente com a idade, esta sofre maiores variações no caso dos migrantes: cai consideravelmente nas idades adultas jovens para depois aumentar nas idades posteriores, em particular na população acima de 50 anos. Ou seja, a máxima de que migram mais mulheres do que homens é válida apenas em alguns contextos, como já se mostrou, mas também somente em certos grupos etários.

Não seria muito complicado entender o por quê da razão de sexo estar abaixo de 100 (mais mulheres) no grupo 15 a 29 anos e acima deste valor no grupo subsequente. Uma primeira explicação seria dada pelo fato de que, no Brasil, existe um diferencial importante na idade dos casais, sendo o homem, em média, sempre mais velho. Assim sendo, quando casais (com ou sem filhos), os migrantes seriam também diferenciados sendo as mulheres mais jovens. Por outro lado, existiria uma tendência à maior migração de pessoas sozinhas quando estas são jovens.

Gráfico 5



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Contudo, o mesmo não se poderia dizer sobre o comportamento da RS nas idades mais avançadas (acima de 50 anos). De fato, chama a atenção que, nestas idades, exista um maior volume de migrantes homens, até porque, se sabe, pela existência de uma sobremortalidade masculina nas idades mais velhas, a tendência seria observar uma redução da RS. No entanto, tal situação pode ser em parte explicada por um efeito da migração de indivíduos sozinhos retornando às origens onde deixaram a família, ou encaminhando-se para outras áreas pioneiras de fronteira. Contudo, embora plausíveis, tais hipóteses ainda carecem de validação empírica e, portanto, estudos mais aprofundados para sua comprovação ou refutação.

Percebe-se ainda pela Tabela 8 que existe uma grande variabilidade da razão de sexo por idade dependendo do contexto de origem ou destino considerado. Assim, esta razão não se encontra acima de 100 (mais homens que mulheres) nas idades avançadas na emigração que parte de alguns estados do Sudeste; o mesmo passa com a imigração recebida pelo Centro-Oeste e São

Paulo. Também chama a atenção o fato de que, no grupo 30 a 49 anos, apenas os estados do Sudeste (menos São Paulo) tenham apresentado RS de imigrantes favorável às mulheres; o mesmo pode ser dito com relação aos emigrantes da Região Norte e Minas Gerais, que apresentam comportamento diferencial da média nacional. No caso de Minas Gerais a situação é ainda mais intrigante, já que em todas as idades a emigração tem um maior contingente de mulheres.

Tabela 8

Razão de sexo por grupos etários (*) para emigrantes e imigrantes interestaduais por Grandes Regiões e para a população total do país. Brasil, 2004.

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	92,9	72,5	106,8	123,4	92,3	91,1	114,1	137,0
Nordeste	83,2	88,3	93,1	103,6	110,1	83,2	110,3	120,5
Centro-Oeste	90,0	74,0	111,0	103,0	80,1	88,3	107,2	96,2
Sul	87,1	90,1	103,4	108,1	86,9	80,3	107,5	114,1
São Paulo	100,0	92,1	116,9	112,7	89,0	91,2	102,3	72,3
Minas	90,0	77,6	90,0	90,6	92,8	82,6	91,2	115,0
ES/Rio Jan.	116,0	101,2	115,0	83,8	76,3	86,9	97,6	109,1
Migrantes interestaduais	93,2	86,5	105,5	105,9				
População total do Brasil	103,9	98,3	91,6	83,2				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos

Seria temeroso buscar explicações para estes dados, tendo em vista que tal tarefa exigiria um maior aprofundamento da análise, o que foge do escopo deste trabalho. No entanto, não deixam de ser hipóteses interessantes pensar, por exemplo, que a emigração mais volumosa de nordestinas na faixa etária 30 a 49 anos poderia estar ligada ao fenômeno de recomposição familiar, ou seja, mulheres que, após passado um período da migração de seus respectivos esposos, estariam rumando para os destinos escolhidos por aqueles. No caso de Minas, que apresenta mais da metade de sua emigração direcionada para São Paulo (ver Anexo 1), provavelmente a maior incidência de mulheres jovens poderia ser impulsionada pelas oportunidades para a inserção produtiva em atividades onde as mulheres têm tido mais oportunidades como a indústria têxtil, eletrônica etc., ou mesmo nos serviços domésticos, atividades estas existentes em regiões vizinhas ao sul e oeste mineiro como Vale o Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, e mesmo a RM de São Paulo.

De maneira a complementar esta breve caracterização da migração interestadual no Brasil, seria interessante considerar ademais alguma variável ligada ao estrato socioeconômico do indivíduo. Neste sentido, e tendo em vista as dificuldades que a renda apresenta para melhor qualificar estes estratos, não apenas pela qualidade de informação, mas também pela instabilidade da mesma em tempos de reestruturação produtiva, decidiu-se considerar apenas os dados sobre escolaridade.

Sabe-se que a escolaridade da população brasileira, embora tenha apresentado uma grande evolução nas últimas décadas, ainda é bastante baixa. De fato, segundo os dados da PNAD 2004, o número médio de anos de estudo no país para a população de 10 anos e mais de idade era 6,6 anos, valor que é ainda menor no Norte (5,9) e Nordeste (5,3). Considerando apenas as pessoas acima de 14 anos¹⁸, o valor não se modifica muito (6,9), muito embora se perceba que parte deste

¹⁸ Na verdade, no caso do cálculo de anos de escolaridade, a inclusão das crianças prejudica a análise, na medida em que ainda não possuem idade suficiente para alçarem uma maior escolaridade. Deste forma, considerar a população maior de 14 anos, ou seja, em condições de terem terminado o ensino fundamental, torna a análise mais realista.

resultado deva-se ainda ao peso das gerações mais antigas; a população acima de 60 anos apresentava uma média de anos de estudos de apenas de 3,5 anos.

Assim sendo, e reconhecendo que boa parte da migração nacional é realizada pela população que vive nas áreas de menor desenvolvimento do Brasil (lembre-se que quase 49% dos migrantes registrados tiveram origem nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste), não é de se espantar que a boa parte destes indivíduos também apresente uma baixa escolaridade.

Este fato fica evidente na Tabela 9, ainda que os migrantes interestaduais claramente representem uma sub-população relativamente mais educada que a média nacional. Isso porque este sub-grupo, além de apresentar um percentual bem menor na categorias “menos de 1 ano”, também possui um peso relativo maior na categorias dos mais escolarizados (mais de 8 anos de estudo), não obstante o fato de apresentar uma concentração ligeiramente maior na faixa do que se poderia chamar de “primário incompleto” (1 a 3 anos).

Tabela 9
Distribuição de emigrantes e imigrantes interestaduais e da população total do país maiores de 14 anos de idade por anos de estudo.
Brasil, 2004

Grandes Regiões	Anos de Escolaridade							
	Emigrantes				Imigrantes			
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais
Norte	7,8	11,7	26,6	54,0	9,3	12,8	29,5	48,4
Nordeste	11,5	11,5	32,2	44,7	12,3	13,5	30,9	43,2
Minas Gerais	6,7	9,4	24,2	59,7	6,7	7,6	30,1	55,6
ES/RJ	8,1	8,4	25,7	57,8	7,0	8,8	19,3	64,8
São Paulo	9,2	11,4	31,6	47,8	7,9	7,8	29,5	54,8
Sul	4,9	7,4	26,4	61,3	4,7	7,8	26,0	61,5
Centro-Oeste	5,5	9,2	29,6	55,7	6,1	10,1	29,0	54,8
Migrantes interestaduais	8,3	10,2	28,7	52,7				
População total do Brasil	12,4	12,0	27,8	47,8				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).
Obs: não considera sem declaração de escolaridade

Na verdade, não se pode esquecer do fato, já analisado, de que os migrantes, por serem mais seletivos, são mais rejuvenescidos que a população total brasileira, apresentando menor proporção de coortes de idosos (vide Tabela 7), cujas contribuições, como se comentou, ainda pesam sobremaneira para a redução da média nacional de anos de estudo. Além disso, o fato de terem em sua composição etária um percentual menor de crianças também contribui para a melhoria de sua escolaridade média. Este efeito, chamado de “efeito idade” na demografia, via de regra não é tomado em conta quando da comparação do perfil dos migrantes e não-migrante¹⁹.

Mesmo com esta ressalva, o que fica claro é que mais da metade dos migrantes que realizam movimentos interestaduais no país apresentam pelo menos o nível fundamental completo, sendo o peso dos menos escolarizados (máximo 3 anos de estudo) bem reduzido.

Do mesmo modo que nas variáveis anteriores, também neste caso o perfil do migrante varia segundo o contexto migratório considerado. É o que ocorre como a migração (seja imigração ou emigração) envolvendo o Nordeste, que mobiliza pessoas de muito mais baixo nível educacional, uma vez que apresenta maior concentração na categoria com “menos de 3 anos” de estudos e

¹⁹ Formalmente, o ideal teria sido padronizar as estruturas etárias de migrantes e não-migrante (ou da população do Brasil) para que tal efeito fosse mais bem computado. No entanto, a observação das distribuições etárias, bem como resultados de outros estudos como o Lyra (2003) tornam desnecessária esta tarefa adicional.

peso relativo bem menor no grupo com escolaridade “acima de 8 anos”. Acredita-se ser desnecessário uma explicação para este fato, tendo em vista o que já se comentou neste texto com relação à posição e papel do Nordeste no contexto nacional.

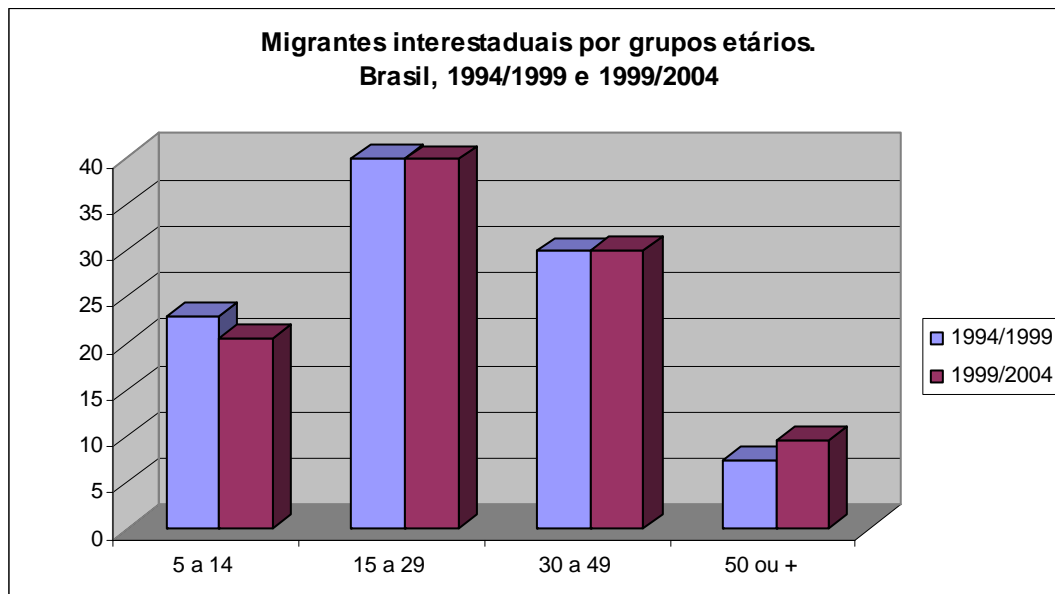
Um contraponto a este comportamento se percebe na migração no Sul, onde se registra um perfil de migrante bem mais escolarizado. Na verdade, neste caso, o fato de muitos dos fluxos terem como destino o Paraná (em especial da RM de Curitiba) e Santa Catarina, muitos dos quais gerados na própria região, pode favorecer, pelo perfil desta área do país, uma mobilidade de pessoas de melhor condição socioeconômica.

É interessante notar que de São Paulo também saem migrantes cujo perfil mostra-se ser de mais baixa escolaridade, o que faz sentido, sobretudo, se se lembra que parte significativa de emigração deste Estado está composta por migração de retorno, da qual, boa parte, se dirige para o Nordeste.

Comparativamente ao que foi observado na década anterior, dados semelhantes computados através da PNAD 99²⁰ mostram que as variações de perfis foram pequenas e, quando ocorreram como ser ver, estiveram dentro do esperado.

No caso da estrutura etária, o Gráfico 6 mostra que as pequenas diferenças apresentadas pelos migrantes registrados em 1999 em comparação com 2004 ocorreram nas idades extremas, fato totalmente dentro do esperado, uma vez que neste período houve, de fato, um envelhecimento da população brasileira. Apenas para se ter uma idéia, no Brasil, a população menor de 14 anos que, em 1999, representava ao redor 29,5%, reduziu sua participação passando a 27,1%, ou seja, cerca de 2 pontos percentuais - mais ou menos, a mesma redução apresentada pelos migrantes.

Gráfico 6



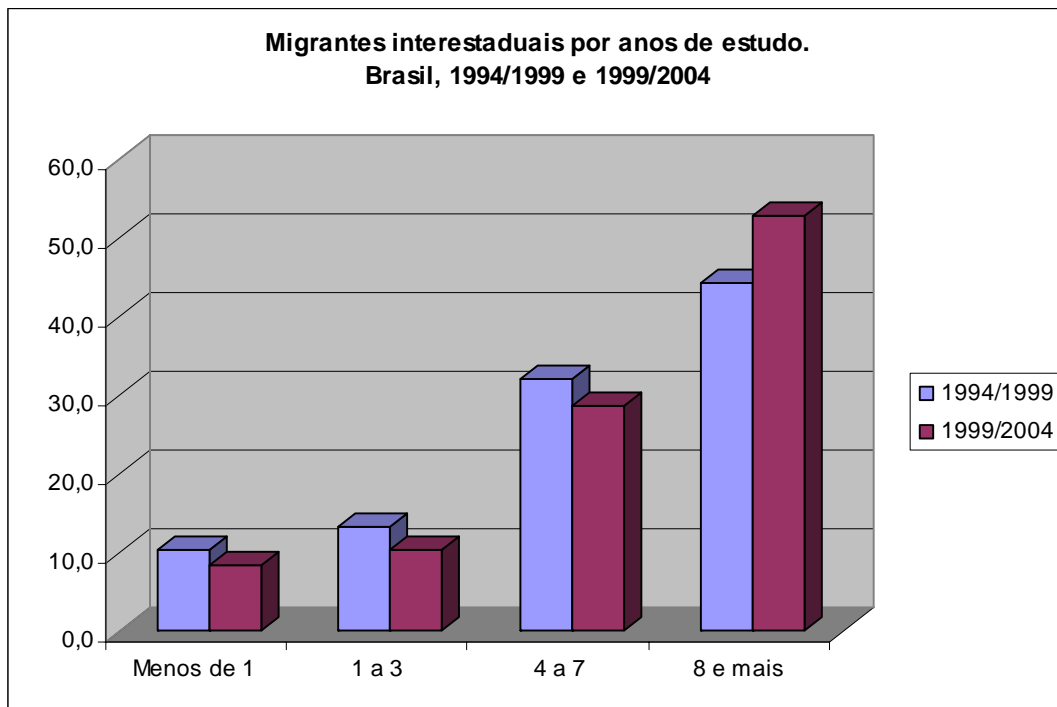
Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (Tabulações especiais do autor)

²⁰ Ao contrário do adotado em todo o texto, nesse caso utilizou-se como base de comparação a PNAD 99, por se tratar de informações que diziam respeito ao perfil dos migrantes que, como já mencionou, não deveriam apresentar problemas nas PNADs. Além disso, com esse procedimento trata-se de eliminar problemas nas comparações correspondentes às diferenças entre os erros amostrais das PNAD com relação ao Censo. I

Algo semelhante passa com relação à educação. Embora o Gráfico 7 revele alguma alteração no perfil dos migrantes de um período para outro, com uma melhoria do nível de escolarização dos mesmos, esta situação tampouco se revela surpreendente pelos ganhos, em termos educacionais, apresentados pela população brasileira no período. De fato, pelos dados apresentados, pode-se observar que o percentual de pessoas com mais de 14 anos de idade que apresentavam mais de 8 anos de estudos subiu de cerca de 39%, em 1999, para quase 48% no ano de 2004.

Portanto, pelo menos do ponto de vista das características aqui consideradas, poucas foram as modificações nos perfis dos migrantes interestaduais, sendo que as ocorridas disseram respeito muito mais às transformações observadas na população como um todo, do que especificamente devido a uma mudança no padrão da migração nacional. Claro que ao se observar a migração regionalmente, muito provavelmente seriam captadas algumas mudanças mais significativas, sobretudo porque algumas regiões apresentaram modificações em seus comportamentos migratórios, como é o caso do Nordeste, São Paulo e Centro-Oeste. No entanto, entrar nessa discussão alongaria demasiadamente este estudo.

Gráfico 7



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (Tabulações especiais do autor)

6. A migração e os seus impactos: uma breve discussão sobre o resultado do processo migratório nas regiões brasileiras.

Embora não seja o objetivo principal deste estudo, a forma como foram captados os dados aqui analisados permitem, de uma forma aproximada, investigar o impacto do processo migratório sobre as regiões. Com efeito, mesmo sendo de fundamental importância analisar os fluxos de emigração e imigração para o cabal entendimento do fenômeno, não se pode esquecer que o

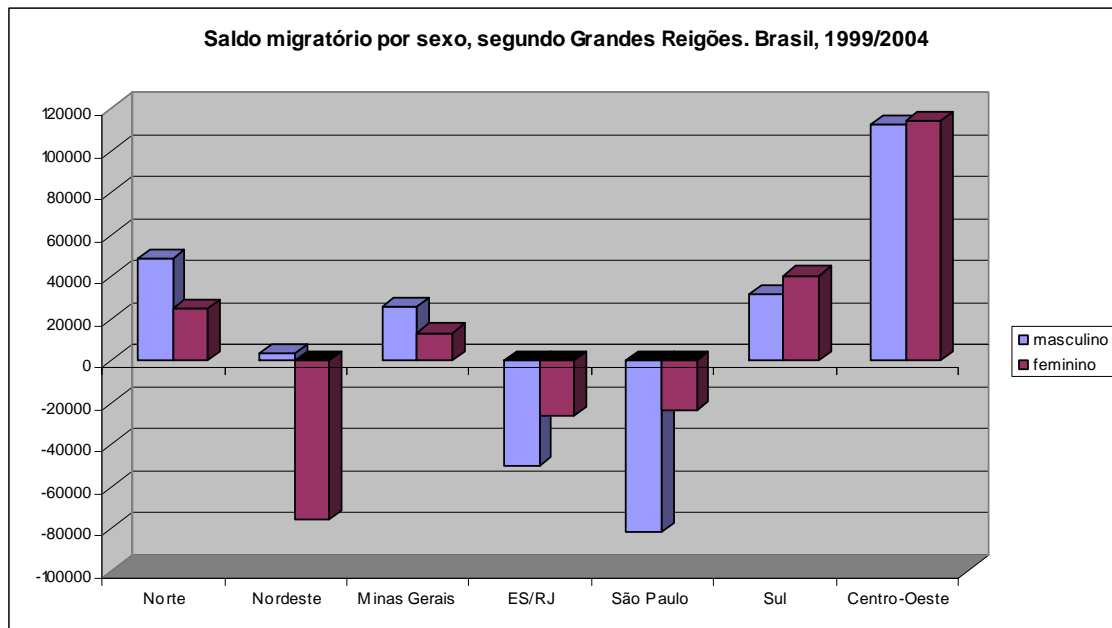
efeito da migração – ao menos em termos quantitativos - depende, em grande medida, do balanço estabelecido entre as entradas e saídas de migrantes.

Assim como o saldo migratório (diferença entre imigração e emigração) dá conta do impacto que a migração teve sobre o crescimento demográfico regional (ou da UF), também a diferença entre os volumes de imigrantes e emigrantes segundo sexo, idade e escolaridade – dependendo, é claro, da magnitude desta - também contribuiria para alterar as características de população original.

Como fica evidente nos Gráficos 8, 9 e 10, o resultado líquido do processo migratório para as regiões aqui consideradas foi diferenciado e, portanto, com implicações também distintas sobre as respectivas populações.

No caso da migração por sexo (Gráfico 8), o exercício realizado mostra, por exemplo, que enquanto no Nordeste o impacto foi no sentido de uma redução de mais de 75 mil mulheres em sua população, e um ligeiro incremento de homens, no Centro-Oeste, os ganhos foram muito próximos para ambos os sexos, atestando uma vez mais a importância nesta área da migração familiar. No Sudeste, no entanto, as perdas aconteceram entre os homens, como no caso de São Paulo que, no período 1999/2004, como consequência da migração, perdeu mais de 81 mil pessoas deste sexo.

Gráfico 8

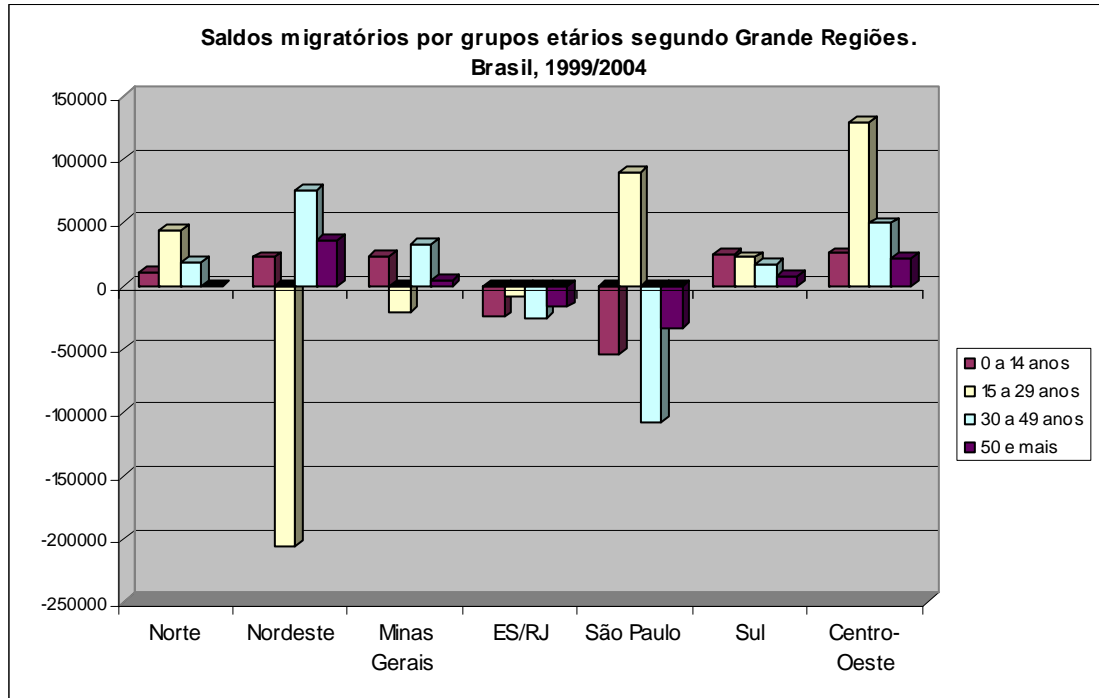


Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

No que diz respeito à idade, novamente no Nordeste, percebe-se uma grande perda de pessoas nas idades adultas jovens (15 a 29 anos) e altamente produtivas; no caso de São Paulo esta perda dá-se no grupo de adultos mais envelhecidos (30 a 49 anos), muito embora presente, como uma área tipicamente de atração, ganhos nas idades mais jovens. Nestes dois casos fica muito patente que a seletividade dos migrantes em relação à idade (mais concentrados nas idades produtivas) está ligada às oportunidades oferecidas (ou não) nestas áreas. Mesmo a perda populacional líquida, no grupo 30 a 49 anos, para São Paulo, mostra-se bastante coerente com o fenômeno da migração de retorno. Também no Centro-Oeste os ganhos nas idades adultas mais jovens mostram o seu poder

de atração pelas oportunidades lá oferecidas. No Norte e no Sul, embora em volume bem inferior, a migração implicou no incremento em todas as idades, com uma especificidade no Sul de ter maior incremento entre as crianças.

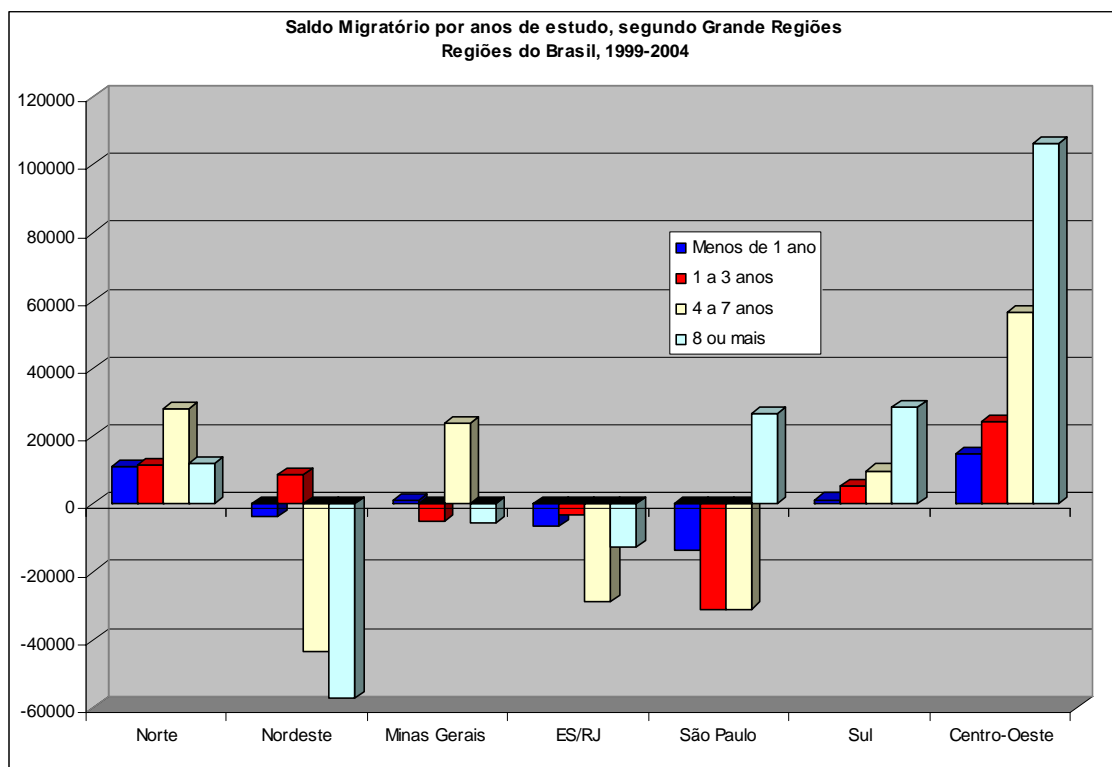
Gráfico 9



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Finalmente, no caso da variável escolaridade, os dados confirmam que as perdas populacionais do Nordeste podem afetar não apenas sua relação de sexo ou estrutura etária e, portanto, o perfil da força de trabalho, mas também o seu capital humano. De fato, nesta região a migração do quinquênio analisado parece ter tido impacto significativo na composição da população ao dela ter retirado, em termos líquidos, um volume importante de pessoas com maior escolaridade. Na verdade, se este volume (57 mil para oito anos e mais de escolaridade) pode significar pouco na população como um todo, seu impacto será muito mais relevantes se se toma em conta apenas a sub-população com esta característica.

Gráfico 10



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Outra região que chama atenção por seus ganhos de pessoas com maior escolarização é o Centro-Oeste. De fato, aí foram registrados ganhos de mais de 100 mil pessoas com escolaridade acima dos oito anos. Claro que este dado reflete muito o peso do Distrito Federal que, por suas características de mercado de trabalho, tende a atrair pessoas de melhor nível educacional. Algo semelhante passa no Sul e em São Paulo, sendo que, neste último caso, a migração interestadual claramente tem servido para melhorar o perfil educacional de sua população já que, ao mesmo tempo, perde pessoas com baixa escolarização.

Concluindo, percebe-se que, mesmo tendo impactos reduzidos na população com um todo, a migração dado sua seletividade pode implicar em alterações das estruturas sócio-demográficas, sendo que, pelos dados apresentados, estas parecem ter tido maior significância no Nordeste, Centro-Oeste e São Paulo, justamente regiões que encerram alguns dos principais processos migratórios observados no país.

7. À guisa de conclusões

Por se tratar de um estudo preocupado eminentemente com uma descrição das principais características da migração no Brasil apresentadas pela PNAD 2004, mais que tentar fornecer interpretações para os dados observados, privilegiou-se mostrar as especificidades que o fenômeno apresentou nos primeiros anos do presente século.

De uma comparação com os dados da década passada, pode-se concluir que, não obstante a continuidade de várias tendências, algumas novidades puderam ser detectadas. Destas duas delas

mereceriam maior destaque: a primeira delas diz respeito à migração envolvendo o Nordeste, e a segunda o Estado de São Paulo.

No caso do Nordeste, chamou a atenção não apenas a manutenção da queda de emigração e aumento da imigração, esta última muito influenciada pelo retorno que continuou volumoso, mas também o que parece ter sido uma interrupção do recrudescimento da emigração em alguns dos seus estados, em particular, a Bahia, fato que havia sido sugerido pelos dados do Censo 2000.

No que tange a São Paulo, talvez o mais surpreendente tenha sido constatar que o estado passou, nos anos 2000, a apresentar uma migração líquida negativa, ou seja, um volume maior de emigração que imigração. Se tal situação já se observava na Região Metropolitana de São Paulo (Perillo, 2002), não deixa de ser significativo que o estado como um todo também passe a experimentar esta condição. Na verdade, se este fato chama a atenção pelo valor negativo do saldo migratório, não se pode perder de vista, no entanto, que a perda de poder atrativo do estado já se vinha configurando há muito mais tempo. Talvez agora, os dados mostram com mais eloquência e cruza os efeitos nocivos de mais de uma década de crescimento econômico pífio e de muitas outras de crescimento da desigualdade social e regional.

Claro que existe uma estreita relação entre o comportamento de São Paulo e a dinâmica migratória do Nordeste, Minas Gerais e Paraná, sendo estes dois últimos, estados que recuperaram significativamente seus poderes de retenção demográfica. Nesse quadro, a migração de retorno, com se mostrou, teve um papel importante.

Nos demais casos, como o Centro-Oeste e Norte que, nos anos 90, ainda se apresentavam como destinos alternativos para os migrantes em função, sobretudo, de suas áreas de fronteira agrícola, os dados de 2004 acabam atestando uma certa continuidade desta condição. Contudo, tal tendência não é generalizada, sendo observada mais especificamente nos Estados do Pará e Mato Grosso, uma vez que em áreas tradicionalmente de imigração, como Rondônia, a tendência apresentada foi de redução do volume de imigração. É importante lembrar que Mato Grosso já não apresenta o poder de atração de outros momentos, como a década de 80, porém destaca-se a manutenção de um volume significativo de migrantes recebidos; provavelmente, a dinâmica de suas porções nordeste e, sobretudo, noroeste seriam as responsáveis por este desempenho.

Quanto às características sócio-demográficas dos migrantes, os dados analisados mostraram que a migração verificada no país nos primeiros anos do século 21 era relativamente jovem, com grande concentração de população adulta de 15 a 49 anos (cerca de 70%) e apresentava um balanço por sexo que refletia a própria composição da população brasileira. Também se pôde mostrar que o migrante era ligeiramente mais escolarizados que o brasileiro médio, mas que isso, provavelmente, estaria refletindo muito mais sua seletividade em termos etários do que propriamente um diferencial com relação ao não-migrantes.

Contudo, os resultados apresentados deixaram evidente que não se pode falar de um padrão etário, por sexo ou educacional para os migrantes, uma vez que este tende a variar significativamente dependendo do contexto migratório analisado. Este é o caso, por exemplo, das regiões que englobam as áreas de fronteira, onde a migração é, em grande medida, familiar, envolvendo, portanto, a presença maior de crianças e, portanto, um comportamento específico da razão de sexo em função da defasagem da idade dos cônjuges.

Especificidades também foram observadas nas regiões historicamente de evasão demográfica (como o Nordeste), onde tal condição influencia não apenas a composição etária e por sexo, com mais alta concentração de homens em idades produtivas, mas também o perfil educacional desse

migrante, que se encontrava num nível bem inferior ao da média nacional. O mesmo pode dizer do perfil da migração envolvendo São Paulo: se por um lado, a sua emigração era mais envelhecida e com maior presença de homens, respondendo, muito provavelmente, ao peso do retorno de migrantes mais antigos às suas áreas de origem, por outro lado, as pessoas que chegavam ao Estado, da mesma forma que as que deixam o Nordeste, não por coincidência, apresentavam um perfil mais concentrado as idades altamente produtivas.

Em suma, a manutenção de muitas das características de migração da década passada, em termos dos fluxos e perfil dos migrantes mostram que poucas novidades afloraram dos dados da PNAD 2004 em comparação com o revelado pelo Censo 2000 ou mesmo PNAD 1999. Mesmo considerando as poucas – embora relevantes – transformações ocorridas, não se poderia dizer que estas estivessem relacionadas a fatos novos, já que várias delas eram prenunciadas na década passada.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que, mesmo não tendo sido forjadas completamente nos anos 2000, as alterações explicitadas na dinâmica migratória nacional neste documento mostram que ainda persistem muitos dos mecanismos que, historicamente, influenciaram a migração, com o agravante de ocorrerem em outro momento estrutural onde, particularmente, a mobilidade social encontra-se cada vez mais distante do sonho do migrante. Tal situação provavelmente se constitua uma das questões cruciais para entendermos boa parte do que aqui chamamos de *circularidade* da população, fenômeno que se traduz na continuidade de caudalosos fluxos e contra-fluxos, sendo estes últimos representados especialmente por pessoas que retornam uma ou várias vezes a seus lugares de destino.

Coincidentemente, próximo ao término deste texto, uma reportagem da Folha de São Paulo baseada em um estudo realizado por Sonia Rocha a partir da mesma PNAD 2004, alertou o autor para o fato de que o aumento da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo – a qual representava, no passado, umas das mais importantes alternativas para a população migrante -, seja talvez o principal retrato das poucas possibilidades que restam àqueles (ou aquelas) que buscam sua reprodução social. Num país onde justamente nos estados que mais “exportam” migrantes, as respectivas regiões metropolitanas abrigam, em média, mais de 50% de população abaixo da linha da pobreza, não se pode pensar em muitas saídas que não o perambular permanente.

A mesma reportagem mencionada lembra da importância do crescimento do emprego, da valorização do salário mínimo e, principalmente das políticas compensatórias para reduzir a fragilidade da população, sobretudo, nos contextos mais sofridos, como o Nordeste. Contudo, não se pode negar que isso ainda é muito pouco para combater e reverter a grande dívida social existente no país, dívida esta que, entre outros fenômenos, se traduz numa enorme circulação de pessoas em nosso território, a qual está longe de representar uma verdadeira escolha de onde (e como) morar e trabalhar, escolha, aliás, facultada cada vez mais a uma pequena parcela de população.

Referências bibliográficas:

AZZONI, Carlos Roberto. 1986. "Indústria e reversão da polarização". *Ensaio Econômico*, 58. São Paulo, SP: IPE/USP.

BAENINGER, Rosana.. *Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996*. Texto Nepe 35, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

BRITO, Fausto. *Brasil, Final de Século: a transição para um novo padrão migratório?* Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2.ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2)

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1998. (CD-ROM)

CUNHA, Jose Marcos Pinto da e BAENINGER, R. *Cenários da Migração no Brasil nos anos 90*. Cadernos do CRH. Salvador, vol. 18 nº 43 - jan./abril 2005

CUNHA, Jose Marcos Pinto da. *Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso*. Campinas, 2004. (Relatório de Pesquisa) (Mimeo).

———. *Redistribuição Espacial da População no Brasil: Tendências e a Trajetória*. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 17, n.3-4, jul/dez, 2003.

———. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas, SP: NEPO/Pronex/UNICAMP, 2002.

———. *Migração no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96*. Pág. 89-132. in D.J. Hogan, R.L. do Carmo, J.M.P. da Cunha, R. Baeninger, (orgs.). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas, Núcleo de Estudos de População, 2002.

CUNHA, José Marcos Pinto da; AZEVEDO, Marta Maria. *Demographic and social-cultural aspects of population mobility in Brazil*. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: Nepe/Unicamp, 2001.

CUNHA, José Marcos Pinto; DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo-Brasil*. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, v.17, n.1/2, 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori. 1999. *Emprego e Qualificação no Brasil nos anos 90*. Campinas, SP: IE/UNICAMP unpublished report.

———. e Baltar, Paulo Eduardo de Andrade. *Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90*. Campinas, SP: IE/UNICAMP (mimeo).

Diniz, Clelio Campolina. 1993. "Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização". *Nova Economia* (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG), vol 31, n.11, Belo Horizonte, MG.

EBANKS, E.G. *Determinantes socioeconômicos de las migraciones interna*. Santiago de Chile, Celade, 1993.

FARIA, Vilmar. 1992. "A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 33, 1992.

IPEA/IBGE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

LENCIONI, Sandra. 1996. "Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada". In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. de e Silveira, Maria Laura (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, SP: Editora Hucitec-Anpur.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco*. Campinas, 2003. 256f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MATOS, Ralfo. *Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n.12 (1/2), 1995.

OLIVEIRA, Kleber F. *Dinâmica migratória em Sergipe dos anos 70 aos 90: uma análise a partir de alguns fatores estruturais*. Rio de Janeiro, 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Sociais e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

———. *Evolução recente da urbanização e da questão regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica*. In: *CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN*, 4., 1993, México. *Anais ... México*, 1993.

———. PATARRA, Neide Lopes. *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?* In: *ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO*, 1998. *Anais ... Curitiba : ABEP/IPARDES*, 1998.

PERILLO, Sônia Regina. *Tendências da migração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 2002. (press release)

RIGOTTI, José Irineu. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte, 1999. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Campinas, 2005. 295f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.